

# ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2014/05/14

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Atas nºs 9 e <del>10</del> das reuniões de câmara de 2014/04/16 e <del>2014/04/30</del>			Aprovação
2	Atribuição de medalhas de bons serviços municipais aos trabalhadores da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento			Aprovação
3	Representação do Município em entidades públicas e privadas			Aprovação
4	Aquisição de serviços de limpeza das instalações dos SMAS - Edifício sede e Secção de Atendimento e Contratação - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
	GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
5	Relação de atos da competência da câmara municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
<del>6</del>	<del>Receção definitiva tácita e libertação das garantias bancárias da empreitada da 2ª fase de pavimentação da AUGI Quinta da Coutada</del>	<del>Consórcio Paviconsul/Vidupe</del>	<del>Vila Franca de Xira</del>	<del>Aprovação</del>
	OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS			
7	Execução do parque urbano da Quinta da Flamengo - Fase 4A - Relatório final/adjudicação	Scampia - Engenharia, Lda	Vialonga	Aprovação
8	Execução do parque urbano da Quinta da Flamengo - Fase 4A - Nomeação do coordenador de segurança em obra	Scampia - Engenharia, Lda	Vialonga	Aprovação
9	Ampliação do talhão R do cemitério de Vila Franca de Xira - Plano de segurança e saúde	Construções Pragosa, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação

# **ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2014/05/14

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
10	Execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa - Auto de vistoria e receção provisória parcial	Cordívias - Engenharia, Lda	Forte da Casa	Aprovação
11	Prestação de serviços de técnico responsável pela exploração das instalações de utilização de energia elétrica de propriedade do município - Ano de 2014 - Parecer prévio vinculativo			Aprovação
<del>12</del>	<del>Desvio da rede de distribuição de gás natural da empreitada de regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão - Parecer prévio vinculativo</del>	Constructora San José, SA	<del>Castanheira do Ribatejo</del>	<del>Aprovação</del>
13	Execução do Pavilhão Multiusos do Cevadeiro - Conta final		Vila Franca de Xira	Aprovação
	APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS			
14	Mercado retalhista de Alhandra - Ateração de titularidade dos lugares nºs 33 e 34	Augusto Tiago Lopes	Alhandra	Aprovação
	GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento Da competência do Presidente da C.M.			
15	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			
16	Legislação síntese			
17	Pagamentos autorizados			Conhecimento
18	Balancetes			Conhecimento

# ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2014/05/14

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	. Outros assuntos			
19	Autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo - Listagem de contratos - Fevereiro de 2014			Conhecimento
20	Contratação de serviços para elaboração da Carta Educativa do Concelho de Vila Franca de Xira - Parecer prévio vinculativo e remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
21	Estágio Passaporte Emprego - Devolução de apoio recebido do Instituto de Emprego e Formação Profissional			Aprovação
22	Protocolo com a Universidade Lusófona para realização de estágios			Aprovação
23	Encerramento, durante o período de férias, do Setor de Restaurante e Bares			Conhecimento
24	Exercício do direito de preferência sobre a fração "O", sita na avenida Antero de Quental, nº 14	Joaquim António Gouveia Vardasca	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
	EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO			
25	Exposição de artes plásticas "José Augusto e Maria Gabriel. Uma vida ao encontro da Pintura. Obras de 1950 a 2013. Desenho. Gravura. Pinturas e objetos" - Preço de venda do catálogo			Aprovação
26	Feira do livro - Descontos nas publicações			Aprovação
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
27	Programa de apoio ao movimento associativo - Apoio ao investimento 2014			Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, no Salão Nobre dos Paços do Município, pelas 9,30 horas, do dia 2014/05/14

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	PROTEÇÃO CIVIL			
28	Dia Municipal do Bombeiro - Atribuição de medalhas de mérito municipal			Aprovação
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
29	Ata em minuta da reunião			Aprovação



Fl. Livro \_\_\_\_\_  
Fl. Atã 001  
Reunião de 2014/05/14  
Ata nº 11/2014

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA  
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2014/05/14

Aos catorze dias do mês de maio de dois mil e catorze, pelas 9h30, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----

- . Nuno Miguel Marques Libório; -----
- . Fernando Paulo Ferreira; -----
- . Ana Lúcia Alves Cardoso; -----
- . Marina Estevão Tiago; -----
- . Aurélio dos Santos Marques; -----
- . António José Sequeira Félix; -----
- . Rui Miguel da Silva Pereira; -----
- . José António da Silva de Oliveira; -----
- . Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus. -----

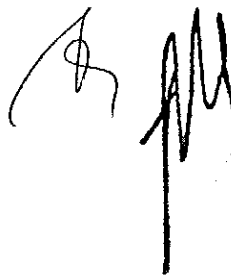
Estiveram ausentes os Srs. Vereadores João Manuel Correia Pires de Carvalho e Paulo Sérgio Pinto Rodrigues, tendo sido substituídos pelos Srs. Rui Miguel da Silva Pereira e Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus, respetivamente. -----

Entrou no decurso da reunião, pelas 9h35, o Sr. Vereador Rui Ribeiro Rei, durante o período antes da ordem do dia. -----

Saiu no decurso da reunião o Sr. Presidente, pelas 9h45, durante o período antes da ordem do dia, tendo passado a presidir a reunião o Sr. Vice-Presidente, retomando o Sr. Presidente a presidência da reunião, pelas 11h45, no início da discussão do ponto 9. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Susana Henrique de Jesus Pombo, Assistente Técnica. -----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----



Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Adjuntos-----

Mário Nuno Duarte -----

Jorge Zacarias-----

. Técnico Superior-----

Dr. Renato Gonçalves -----

GABINETE DE APOIO À VEREACÃO-----

. Adjuntos-----

Dr. Alexandre Sargento-----

Adão Conde-----

. Secretária-----

Fernanda Gomes-----

. Assessoria -----

Drª Susana Santos-----

Bruno Oliveira-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenadora -----

Drª Filomena Serrazina -----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental-----

Dr. Rui Galhardo-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor -----

Arqtº Nuno Santos-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão-----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA-----

. Diretora-----

Drª Maria de Fátima Faria Roque -----



Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº

. Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus -----

Dr<sup>a</sup> Maria João Carraça -----

. Técnica Superior-----

Drª Maria Adelaide Ferreira-----

\_\_\_\_\_  
Chefe da Divisão de Educação

Dr. Pedro Montes-----

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL-----

. Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social-----

Dr<sup>a</sup> Ana Carla Costa -----

técnicos presentes



Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
VISITA DA SRª MINISTRA DA AGRICULTURA À ITALAGRO – CASTANHEIRA DO  
RIBATEJO-----

O Sr. Presidente deu início à reunião de câmara, cumprimentando todos os presentes e informando que dentro de poucos minutos vai ter que se ausentar cerca de 45 minutos ou 1 hora, na medida em que foi informado ontem, pelo Gabinete da Sr<sup>a</sup> Ministra da Agricultura, Assunção Cristas, que hoje, a partir de cerca das 10h00, estará em visita à empresa Italagro, no concelho, mais propriamente na Castanheira do Ribatejo. -----

A Italagro tem vindo a fazer investimentos e toda a sua produção neste momento, não diria a 100%, mas quase, é para exportação, o que lhe parece que possa ser promissor para permitir a criação de mais postos de trabalho. -----

Vai apresentar, em nome de todos os membros da câmara municipal, cumprimentos à Srª Ministra, e depois regressará.-----





Fl. Ata 005

Reunião de 2014/05/14

Proc<sup>0</sup>

Deliberação nº **291**

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE RUI MÁRIO GONÇALVES-----

O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente para ler um voto de pesar, pelo falecimento de uma personalidade ligada à cultura, que colaborou com a câmara municipal no Museu do Neo-Realismo há relativamente pouco tempo, Rui Mário Gonçalves.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que lerá então o voto de pesar, a que crê que todos se podem associar, pelo falecimento do Professor Rui Mário Gonçalves, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----

Disse ainda querer aproveitar este momento, uma vez que esta semana vai culminar com a Noite Internacional dos Museus, com um fim de semana bastante intenso de atividades nos museus municipais, que é também uma forma de se celebrarem todos os que têm vindo a fazer a cultura neste país, para convidar desde já os Srs. Vereadores. O programa estará disponível, creio que ainda hoje, na página da Internet, uma vez que há muitas atividades nos vários museus do município. -----

O Sr. Presidente disse crer que todos estarão em condições de se associar a este voto de pesar, e nesse sentido irá informar esta decisão da câmara municipal à família. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar o voto de pesar.-----



## **Câmara Municipal de Vila Franca de Xira**

### **Presidência**

#### **Voto de Pesar - Falecimento do Professor Rui-Mário Gonçalves**

O Município de Vila Franca de Xira expressa o seu pesar pelo falecimento do professor, crítico e historiador de arte Rui-Mário Gonçalves (n. Abragão, Penafiel, 12.10.1934; f. Lisboa, 2.05.2014).

Desde muito jovem que o seu interesse se dirigiu para as artes plásticas, tendo promovido, no âmbito das associações académicas, diversas exposições coletivas de artistas portugueses, designadamente a "Primeira Retrospectiva da Pintura Não-Figurativa Portuguesa", em 1958. Promoveu ainda conferências e colóquios com diversos especialistas, como Mário Dionísio e José-Augusto França.

Foi presidente das Reuniões Inter-Culturais (RIC). Em 1963, a Fundação Calouste Gulbenkian atribuiu-lhe o Prémio Gulbenkian de Crítica de Arte, tendo partido para Paris como bolseiro, onde estudou durante três anos com Pierre Francastel.

A partir de 1966 desenvolveu diversas atividades de promoção e divulgação de artes plásticas, nomeadamente, participação na organização de numerosas exposições de arte moderna, elaboração de catálogos e redação de seus prefácios, colaboração em vários órgãos de comunicação social (rádio, jornais e revistas especializadas).

Lecionou no Curso de Formação Artística da Sociedade Nacional de Belas Artes. Entre 1972 e 1977 foi professor da Escola de Teatro e da Escola de Cinema do Conservatório Nacional. A partir de 1974 foi professor convidado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Assinou trabalhos seminais em inúmeros dicionários e enciclopédias, dos quais se destaca a *História da Arte em Portugal*, responsável que foi pela redação de dois dos seus volumes. Traduziu obras de diversos historiadores de arte. É autor de vários livros de História da Arte e de monografias sobre - entre muitos outros - Costa Pinheiro, António Dacosta e Guilherme Parente. Proferiu várias palestras e conferências, dentro e fora do país.

Foi membro do Conselho Técnico da Cooperativa Gravura, vice-presidente da SNBA (Sociedade Nacional de Belas Artes) e presidente da secção portuguesa da AICA (Associação Internacional dos Críticos de Arte).

A arte moderna portuguesa e os seus criadores beneficiaram substancialmente da atenção, do rigor de análise e da sistemática divulgação que Rui Mário Gonçalves lhes dedicou.

É de salientar a colaboração mais recente do Prof. Rui-Mário Gonçalves com o Município de VFX e com o seu Museu do Neo-Realismo, através do comissariado da exposição antológica dedicada ao pintor Nuno San-Payo (patente no piso 1 do MNR desde 19 de outubro 2013 até 6 de julho de 2014) e a sua participação em anteriores iniciativas do MNR, designadamente, no ciclo de Conferências realizadas entre 2007 e 2008. Aponte-se também a conceção da Exposição de Nuno San-Payo, que esteve patente entre 3 de junho e 17 de julho de 2004, na Galeria de Exposições da Biblioteca Municipal de VFX (organizada pela APMNR).

O Prof. Rui-Mário Gonçalves tinha já agendada, para 6 de junho, uma palestra no âmbito do programa "Sextas Patrimoniais" do Museu Municipal de VFX.

O Presidente da Câmara Municipal

  
Alberto Mesquita

Vila Franca de Xira, 14 de Maio de 2014



Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº

Em segundo lugar, e enquanto português, referiu que hoje há uma jornada desportiva importante a nível europeu, a que quer desde já associar-se, e deseja boa sorte para o Benfica, que é o representante português na Liga Europa. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
POLIDESPORTIVO DAS LAMEIRAS – BOM RETIRO – VILA FRANCA DE XIRA-----  
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo-se ao polidesportivo das Lameiras, no Bom Retiro, de que a CDU fala já há uma série de anos, sendo que em janeiro de 2013, se a memória não lhe falha, foi a última vez que os membros da CDU levantaram a questão da degradação daquelas instalações. Na altura até foi dito pelo Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira que o equipamento já se encontrava desativado, já não tinha funções desportivas, e ficou de se pensar numa requalificação do mesmo, ou daquela zona. -----  
Gostariam de saber em que ponto se encontra essa situação de requalificação, não só do polidesportivo, embora já não tenha atividade desportiva, mas daquela zona. No final da reunião, o Sr. Presidente informou que teve uma reunião com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira e entregou-lhe uns desenhos, que também pode fazer chegar aos Srs. Vereadores, pelo que solicita ao Sr. Vice-Presidente que dê indicação aos serviços para fazer chegar as referidas plantas. São propostas que têm a ver com o embelezamento daquela zona, tornando aquele espaço mais atrativo, com um arranjo paisagístico, e tornando o polidesportivo num multiusos, onde simultaneamente se possa fazer atividade de futsal e ténis, e junto aos edifícios ter uma cobertura arbustiva, não que isole em termos de ruído, mas pelo menos dá outro efeito. -----  
No entanto o polidesportivo tem de ser gerido por alguém, ou pela junta de freguesia ou pelo clube. O próprio defende que seja pelo clube, que abra e feche e tome conta das instalações, para que o vandalismo seja menor, mas o Sr. Presidente da junta ficou de analisar a questão e depois dizer alguma coisa. -----  
Tem-se em vista também a demolição do barracão que lá hoje existe e que é utilizado pela paróquia, mas sem condições absolutamente nenhuma. Desta forma, demolia-se o barracão e cedia-se a escola à paróquia, em substituição daquele edifício, que já está ali a mais há muito tempo. -----  
A reunião com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia foi esta semana, é natural que ainda não tenha condições de informar a câmara municipal, mas o que se pretende é requalificar a zona e, na sua opinião, o estudo que lhe foi apresentado é bastante interessante. -----



Deliberação nº \_\_\_\_\_

Desta forma, os membros da CDU gostariam de saber por que é que não funciona. - No próprio parque infantil o equipamento está degradado, não é muito, mas está, e na altura da campanha eleitoral, segundo o informaram uns moradores, um certo partido andou por lá, até prometeu que tirava a areia e punha outro piso, mas até agora não existe nada.-----

A

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo-se à recolha de resíduos sólidos urbanos. -----

Na última reunião de câmara a bancada dos membros da CDU levantou a questão das dificuldades e dos resíduos sólidos que se acumulavam em vários locais. O Sr. Presidente deu algumas respostas e depois remeteu para o Sr. Vice-Presidente, que já não teve tempo para responder. -----

Na altura o Sr. Presidente falou na compra de duas viaturas e também nalguma falta de pessoal, e gostaria de relembrar que na zona urbana há atrasos na recolha e na zona rural não há recolha, a não ser que tenha acontecido recentemente. -----

A questão de fundo, segundo julgam saber, e o Sr. Presidente também tocou pela rama o assunto, é a gritante falta de trabalhadores, e os membros da CDU queriam voltar de novo à questão e saber o que se vai fazer. -----

O Sr. Presidente disse que havia dificuldades de trabalhadores, mas que havia outras maneiras de resolver a questão, sendo que é premente esta resolução e, perante a falta de trabalhadores, gostariam de saber o que é que o executivo socialista vai fazer concretamente sobre o assunto, até porque houve um concurso para estes trabalhadores. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, reforçando esta questão da recolha do lixo, assunto que os membros da Coligação Novo Rumo já tinham levantado na última reunião, e que era importante avaliar, percebendo-se quais são as dificuldades que estão associadas a este processo. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, dizendo que pedirá ao Sr. Vereador António Oliveira para complementar a resposta, sendo que este assunto foi levantado pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, e crê que também pelo Sr. Vereador Rui Rei, na última reunião de câmara, mas, “grosso modo”, o que pode referir é que o Sr. Presidente, na altura, tinha dado também conta da resposta existente. -----

Efetivamente, neste momento está-se com uma grande falta de pessoal, e relativamente à câmara municipal, quanto ao que se poderá fazer, e às decisões que se estão a conseguir tomar no imediato, em primeiro lugar vai-se avançar com a aquisição de duas novas viaturas de recolha, com outra capacidade e eficácia de



recolha, e já se solicitou a aquisição de mais ilhas ecológicas para o concelho, podendo o Sr. Vereador António Oliveira dar conta disso, uma vez que estas aquisições são feitas através da Valorsul, no sentido de aumentar a capacidade de recolha no local.-----

Se houver mais ilhas, como se tem vindo a fazer, permite que a recolha, em vez de ter de ser diária, possa ser, por exemplo, de 2 em 2 dias, com vantagem para toda a organização. -----

Estas são duas questões que a câmara municipal pode decidir e já decidiu, aliás já veio a reunião uma parte, por exemplo, a aquisição do autocarro, que foi decidida por todos em deliberação, e uma outra situação, que pôde ser decidida pelo Sr. Presidente, no caso foi ele que decidiu, a contratação de mais pessoas para a recolha. A informação que tem é a de que entrarão duas, até ao final desta semana, que são as que estão autorizadas. -----

Ontem mesmo abordou com o chefe da Divisão de Recursos Humanos, e a perspectiva, naquelas contas que o Estado obriga a fazer, entre os funcionários que saem por reforma, e os que se podem contratar, que têm de dar um número de redução que está imposto na lei, é de tentar ir buscar mais uma ou duas pessoas, mas não é claro ainda que seja possível, porque as contas ainda estão a ser feitas. - Esta é a reação imediata, que em termos internos se consegue fazer, mas a situação preocupa, e gostaria de aproveitar para saudar, porque é merecido, o trabalho que o pessoal e os motoristas ligados a esta questão da recolha têm vindo a fazer, porque têm vindo a ser muito solicitados. Sempre que há reclamações as pessoas dão conta, é preciso estar a refazer os circuitos, e tem havido uma grande disponibilidade por parte das pessoas, o que não pode deixar de dar conta. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo que no âmbito dos resíduos sólidos urbanos, das linhas de transporte, neste momento as oficinas municipais estão a fazer um trabalho excelente, e estão motivados para a situação da recuperação dos veículos pesados, porque todo o tempo que possam estar imobilizados, pela sua idade e também quilometragens, são rotas a menos que poderão ser executadas. -----

Assim, procura-se ter o menor tempo possível as viaturas imobilizadas. -----

Como disse o Sr. Vice-Presidente, neste momento a câmara municipal fez chegar



Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº

junto da Valorsul, através do próprio, no conselho de administração, e não só, através também de documentação, as suas preocupações e direitos, em aquisições, algumas urgentes, nomeadamente duas viaturas pesadas, bem como ilhas ecológicas e os vulgares contentores, para se poderem substituir alguns existentes. -----

A situação, no interior do conselho de administração, não tem sido fácil, porque está representado por alguns municípios, por uma comissão executiva e por representantes da EGF, mas conseguiu-se, e o termo é conseguir, porque não se está com posições de criar conflitos, no último, através dos municípios que tinham esse direito, fazer um pacote, em vez de ser município a município, que foi remetido ao Sr. Ministro para despacho. Há direitos, os direitos têm de ser garantidos e cumpridos, mas também ninguém disse que não iam ser cumpridos.--- A câmara municipal irá estar atenta a todo este desenvolvimento, que tem de ser urgente, e ir-se-á, no conselho de administração mensal, fazer chegar a preocupação da câmara municipal sobre este processo.-----





Reunião de 2014/05/14

**Deliberação nº**

Os membros da CDU querem assim saber se já foram ao local ver a situação e, se foram, se já houve notificação, porque aquilo é privado.-----


Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

FESTIVAL DA JUVENTUDE – CONCERTO DOS AMOR ELECTRO-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando o Festival da Juventude e o concerto dos Amor Electro. -----

Esta banda foi atuar no Festival da Juventude, de entre outras atuações, e diziam os documentos de propaganda que era entrada livre, mas segundo julga saber, e a informação foi dada mesmo em cima da hora, quem quisesse ir tinha que levantar convites, os quais até parece que eram uma senha, já não vai dizer em sentido pejorativo, porque não viu, mas segundo informações que tem até pareciam daquelas “rifinhas” que às vezes se fazem, e todos sabem o que esta situação causou. -----

Na sua opinião, embora haja as questões de segurança, não sabe por que é que à última hora é que foi dito, e é aquilo a que chama publicidade enganosa, fazendo deslocar pessoas ao local quando já não havia convites para entrarem. -----

Considera que houve negligência e incapacidade para se resolverem estas situações, que se deviam prever, inclusivamente a questão do próprio pavilhão, que não teria capacidade, e segundo julga saber pouco mais de metade estava ocupada com pessoas, mas julga que era possível, em último caso, trazer a banda cá para fora, ou abrirem-se as portas. -----

Além de publicidade enganosa, chama a isto prestar-se a “tráfico de influências”, e chama “tráfico de influências” ao facto de algumas pessoas saberem antes, porque estavam bem situadas, e tiveram os convites. Em contrapartida vieram pessoas de Vila Franca de Xira, e de fora, que quando chegaram já não tinham convites, embora os convites fossem muitas vezes dados outra vez cá para fora. As pessoas que estavam lá dentro, se tinham só um convite, já não podiam vir à casa de banho, senão tinham de ir outra vez para a fila para entrar, portanto também não havia controlo de convites. Estas são informações que lhe chegaram e correram nas redes sociais, na entrada o controlo ficava com bilhetes, que ficavam para outros entrarem. -----

Acha que foi um erro crasso de cálculo, não vai cruxificar ninguém, mas de facto isto permitiu o “amiguismo”, ou seja, aqueles que estavam em posições chave ficaram com os convites, e outros que depois chegaram lá não tinham, o que deu



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 014

Reunião de 2014/05/14

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

um mau exemplo da câmara municipal, inclusivamente para as redes sociais. -----  
Não é um grande utilizador das redes sociais, mas tem quem é, e alta madrugada chegou a casa, vindo de atividades políticas, e mostraram-lhe nas redes sociais inclusivamente a banda a dizer que não tinha culpa nenhuma e a lamentar a situação. -----

O que é mais “giro” é que, tirando esses “amiguinhos” e as pessoas privilegiadas que lá foram, que encheram pouco mais de metade do pavilhão, com isto gastaram-se cerca de 22 000,00€. Para quê? Julga que para satisfazer uma clientela. -----

Teria muito mais a dizer, mas não quer alongar-se. Ainda não viu, mas pensa que há um pedido de desculpas no site. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, informando que vai ter que se ausentar, e antes de o fazer gostaria de dizer que tem toda a consideração e respeito por aquilo que se pensa sobre uma determinada situação, que o Sr. Vereador está a descrever, mas depois o Sr. Vice-Presidente informará o que é que verdadeiramente aconteceu. ----

Informou ainda os membros da Coligação Novo Rumo, porque não tem a certeza se já estariam presentes no início da reunião, que vai ter de se ausentar porque a Srª Ministra Assunção Cristas está a dirigir-se neste momento para a Italagro, e o próprio, em nome de todos, vai apresentar-lhe cumprimentos e depois regressa à reunião de câmara. -----

Pede desculpa por ter de se ausentar neste momento, mas julga que todos compreendem que se justifica a sua momentânea ausência, passando o Sr. Vice-Presidente a presidir a reunião. -----

Tomou de novo a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo ficar por aqui na sua intervenção, pois já disse o essencial. -----

No final da reunião o Sr. Vice-Presidente interveio, pedindo permissão para fazer, já à partida, no fundo, uma declaração de interesses, se assim se pode chamar. -----

Como é evidente já foi feita uma reflexão interna com vários serviços sobre o que se passou. O próprio e o conjunto dos serviços não têm ainda uma ideia feita e terminada sobre o que poderia ter sido, ou o que se pode vir a fazer no futuro para evitar alguma daquela situação, pelo que fala um pouco, e disse isso no início, mais numa perspetiva de troca de opiniões e conversa, do que propriamente dizer



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Atã 015

Reunião de 2014/05/14

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

que para o futuro é assim que se deve fazer, por um conjunto de razões que talvez o Sr. Vereador entenda. -----

A principal razão é que o número de pessoas que apareceu era muito superior ao espaço que existia disponível dentro do recinto, e em teoria é sempre assim, sempre que se faz qualquer coisa num recinto de espetáculos fechado há sempre um limite a partir do qual a entrada, mesmo sendo livre, não é possível por razões de segurança.-----

Refletiu-se um pouco e há uma questão de comunicação que é muito importante, e cada vez é mais, sobretudo nesta comunicação de massas, que permita que a pessoa, ao vir, tenha logo a noção que pode acontecer que consiga entrar, ou não consiga, o que é óbvio sob o ponto de vista de quem organiza, mas é difícil de passar num cartaz ou num "outdoor" a entrada limitada. -----

Não houve convites, os únicos que foram distribuídos previamente, não houve outros, foram para os gabinetes dos Srs. Vereadores, não foi distribuído mais nada, e pensa que isto se compreende, porque no fundo foram todos os membros da câmara municipal que decidiram em reunião de câmara fazer a contratação. -----

Não houve convites emitidos já de propósito, para que fossem simples ingressos para controlar a entrada.-----

A distribuição de facto foi só feita no final das atividades daquele dia do Festival da Juventude, mas, eventualmente, e ponderou-se agora, depois de feita a discussão, não foi uma ponderação prévia, que mesmo sendo ingressos gratuitos talvez pudesse fazer sentido fazer um período de levantamento prévio, que permitisse à câmara municipal, antes do espetáculo, dizer, com um dia de antecedência, "atenção que as entradas são limitadas a 1000 ou 2000 ingressos e já foram distribuídos 1500, havendo uma reserva de 500 para aquele dia, portanto, venha, mas à cautela".-----

Nos processos de bilheteira vendida isso é mais seguro, porque a pessoa comprou o bilhete, seja qual for o valor, e a hipótese de não o utilizar é bastante reduzida. Num momento em que o que há são ingressos absolutamente gratuitos, com essa entrega muito prévia podem acontecer duas coisas, uma é que haja um levantamento por pessoas que, depois, como não compraram aquele bilhete, pura e simplesmente não aparecem, e estavam-se a limitar as pessoas que chegavam



mais tarde e depois o concerto podia não ter gente, porque os bilhetes foram levantados por serem gratuitos.-----

Poderia surgir uma outra situação, que era o facto de, ao distribuir mais cedo aqueles convites, eles poderem ser comercializados, que é o que também acontece muitas vezes, na forma de "mercado negro", é evidente, e às tantas estavam a ser distribuídos ingressos que depois as pessoas procuravam vender no local. Isso é um problema sério e, sob o ponto de vista técnico, não é fácil de resolver.-----

Outra hipótese era, se não houvesse de todo ingressos, que foram mesmo só para garantir algum controlo na entrada, eventualmente fazer-se como às vezes se faz nalgumas festas, nomeadamente universitárias, em que a pessoa chega e carimba a mão, ou qualquer coisa que pudesse ser feita ali naquele momento. Podia ter sido feito eventualmente isso, e também se refletiu um pouco sobre essa matéria agora, causando também alguma dificuldade no momento estar a fazer aquele processo.-----

Não há, no fundo, uma solução ainda montada e muito séria, mas efetivamente o que aconteceu foi que houve um grande interesse e vontade das pessoas estarem, por um conjunto de fatores que até ultrapassam a própria câmara municipal.-----

Quando a câmara municipal contratou já sabia que era um bom concerto, mas a verdade é que nas últimas semanas a exposição da cantora Marisa Liz foi tão grande que houve inclusivamente pessoas que lá foram só na expectativa de a ver e conseguir um autógrafo só dela, tanto que nalgumas das reclamações que fizeram chegar nem sabiam o nome do grupo. Houve um conjunto de fatores externos que não eram controláveis, não eram passíveis completamente de controlo.-----

Na véspera ainda se fez uma pequena alteração no pavilhão, no sentido de alargar um pouco o espaço, mas depois, no dia, as decisões que se foram tomando tiveram mesmo que ser tomadas, o próprio não reconhece, e não reconhece mesmo, porque refletiu sobre esta matéria com os serviços envolvidos, nenhuma das expressões que o Sr. Vereador referiu, de negligência, incapacidade, tráfico de influências, não reconhece de todo isso.-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que mantém.-----

Prosseguiu o Sr. Vice-Presidente, dizendo que havia no momento algumas decisões



passíveis de serem tomadas. Uma, fruto da pressão das pessoas que queriam entrar, abrir um pouco a mão de dizer, “está aqui tanta gente e tanta pressão, vamos deixar entrar alguns, porque, olhando, até parece que cabem lá mais algumas pessoas”. -----

Havia pessoas que estavam lá dentro com carrinhos de bebé, aquilo foi um concerto muito de família, e tomou-se a decisão e não abrir exceções no momento de permitir que algumas, nem que fossem as que estivessem mais próximas da porta, pudessem aceder ao espaço, porque isso podia criar, em primeiro lugar, uma desigualdade e falta de critério no momento, que ninguém ali ia perceber, e quando se está a lidar com uma pressão em termos de massas é preciso que as coisas estejam absolutamente claras. Portanto, essa decisão, que foi consciente da sua parte, tomá-la-ia hoje, depois da reflexão toda que fez, porque no momento era preciso não criar ali um problema físico. -----

Efetivamente lá dentro, sob o ponto de vista da segurança e do conforto, funcionou bem, as pessoas que entraram gostaram, é lógico que as que não entraram, umas perceberam, outras não, outras reclamaram por escrito, e o próprio faz questão de responder a todas, explicando estas coisas o melhor que pôde. -----

O Festival da Juventude não foi só aquilo, teve muitas outras coisas que correram bem, inclusivamente o concerto correu bem, teve este problema de pressão externo, mas correu muito bem, e para o futuro, sob o ponto de vista do festival, diria que será um modelo para melhorar e continuar. -----

O “feedback” que a câmara municipal tem dos participantes, nomeadamente das escolas, é muito positivo, todas elas, mesmo as que não participaram este ano, já se manifestaram disponíveis para o ano que vem, eventualmente no modelo que se vier a encontrar, mas pode fazer sentido que o espaço de concerto, e como disse a decisão ainda não está tomada, depende de reflexão e é preciso às vezes algum tempo para se conseguir fazer, passe por utilizar todo o pavilhão para o festival, fazer os “stands” ao longo dele todo, aumentando o espaço disponível para quem vai assistir ao concerto. -----

Interveio o Sr. Presidente, perguntando se tecnicamente há alguma dificuldade em ser ao ar livre, sendo certo que há as questões meteorológicas, mas tudo se resolvia. -----



Respondeu o Sr. Vice-Presidente que, relativamente à realização ao ar livre, há duas questões que estão em cima da mesa, uma é de facto o clima, que nunca se consegue controlar, a outra é o custo. -----

O custo de fazer um concerto cá fora é maior sob o ponto de vista das aparelhagens que são utilizadas, e obriga a outro tipo de equipamento, necessário sob o ponto de vista técnico, nomeadamente os camarins têm de ser cá fora e tem de haver um reforço em termos de casas de banho cá fora. Se for lá dentro, com todo o pavilhão a ser utilizado, facilita também uma das questões, porque as casas de banho que eram utilizadas eram as exteriores, e podem ser aquelas de acesso interior se todo o pavilhão for utilizado. -----

Diria que a organização aprendeu com este processo e tem disponibilidade, e fala pelos técnicos à vontade, porque a conversa e a reflexão foi muito franca, há uma disponibilidade para introduzir alterações que possam melhorar este processo. -----

Espera que continue a ser um sucesso e, por exemplo, estava com algum receio relativamente ao dia seguinte, que não tinha nada a ver com os Amor Electro, eram coisas mais locais, o espaço esteve cheio. -----

No dia dos Amor Electro estiveram lá dentro cerca de 1600 pessoas, no dia seguinte estava com algum receio que as pessoas não viessem, por via de alguma questão que tivesse ficado por resolver, e estiveram cerca de 1400, o que é muito bom, tendo em conta os grupos que eram, que não são tão conhecidos como, não diria os Amor Electro, mas a cantora dos Amor Electro. -----

Desta forma, não subscreve a análise que o Sr. Vereador faz, porque se refletiu muito sobre esta matéria, no momento e posteriormente. Houve em organizações da câmara municipal, já há bastante tempo, duas situações similares a esta em termos de pressão e entrada, uma no antigo pavilhão do Cevadeiro, que foi um espetáculo equestre, crê que da Alta Escola Equestre Espanhola, em que houve problemas de facto nessa gestão, e depois, no concerto dos Rádio Macau, já diferente, porque foi dentro de uma tenda, mas também introduziu o problema das pessoas se esgueirarem lá para dentro com grande facilidade, e que teve, esse sim, algumas consequências mais graves. -----

Estão disponíveis e abertos a pensar sobre estas matérias, a introduzir algumas alterações que se possam introduzir, mas houve pensamento e decisão consciente



nas diversas fases, nomeadamente naquela da pressão, e o próprio assume perfeitamente, enquanto responsável por aquela área, porque qualquer outra decisão que tivesse sido tomada era uma decisão que, essa sim, introduziria problemas, até de gestão daquela pressão das pessoas. -----

Interveio o Sr. Presidente, dando mais 1 ou 2 minutos de intervenção ao Sr. Vereador Aurélio Marques, para comentar as questões.-----

Respondeu o Sr. Vereador Aurélio Marques não querer comentar, o que interessa é olhar o futuro, o Sr. Vice-Presidente fica com a sua opinião, que respeita, e o próprio fica com a sua.-----

Tem duas questões, que levantará à posteriori, considerando que já acabou a reunião. -----

Pediu a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo ter estado no concerto, e teve bilhetes porque perguntou se a entrada era livre ou não, e às 16h30 soube que não era. -----

Foi por isso que chegaram bilhetes ao gabinete dos vereadores da CDU, porque entretanto pediu ao Gabinete de Apoio à Presidência que lhos fizesse chegar ou lhe dissesse onde os iria levantar. Não sabe como foi com a Coligação Novo Rumo, com os membros da CDU foi assim, ninguém mandou bilhetes.-----

Gostava de sugerir algumas coisas que acha que deviam ter sido solucionadas de outra forma, e a primeira é a dos “stands” dentro do pavilhão. Considera que tem que se pensar que os “stands” têm de ir provavelmente para uma tenda, para o exterior ou outro sítio qualquer, porque o lado também não é das melhores opções. A segunda questão tem a ver com as casas de banho, ou seja, o facto de a pessoa ter de sair para o exterior e depois ser obrigada novamente a ir para a fila onde estavam pessoas que batiam umas nas outras porque queriam entrar, em que o melhor seria um carimbo, a pessoa era carimbada, e não tinha de estar na fila e entrava por outro lado. -----

Uma outra questão é que o bilhete tem de ser rasgado, porque aquilo a que assistiu foi a várias pessoas que se prontificavam para ir para a fila, mas que quando saíam com a desculpa de ir à casa de banho levavam 10 bilhetes, pelo que havia pessoas que não tinham bilhete, de repente tinham e passavam à frente das que já estavam lá há mais tempo à espera. -----





Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº

Na sua perspetiva foi um bom momento, e há melhorias a fazer.-----



Deliberação nº



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 022

Reunião de 2014/05/14

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

FALTA DE PESSOAL NÃO DOCENTE NAS ESCOLAS DO 1º CICLO -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo a questão da falta de pessoal. Há pouco o seu camarada Aurélio Marques falou na falta de pessoal na recolha de resíduos, e há também falta de pessoal não docente nos estabelecimentos de ensino de 1º ciclo. -----

Os membros da CDU sabem que essa necessidade tem vindo a ser colmatada com trabalhadores ao abrigo do Contrato de Emprego e Inserção, e que de facto essa situação não será a melhor, até porque são necessidades permanentes e a elas deve corresponder um vínculo de trabalho permanente, mas o certo é que nem mesmo esta solução parece estar a resultar. -----

Ainda na segunda-feira lhes deram conta de duas situações em que, numa delas, num dos dias, a escola abriu sem funcionários, foram os professores que estiveram ao portão para que a escola pudesse funcionar, e numa outra, uma cantina que funciona com 2 trabalhadores para 200 meninos que usam a cantina todos os dias para almoçar, o que leva a que seja impossível por parte destes trabalhadores resolver o problema e fornecer as refeições da melhor forma. -----

Gostariam que a câmara municipal tentasse perceber o que está a acontecer para que estas situações se verifiquem cada vez mais. -----

Há ainda relatos de acidentes graves nos recreios, também por falta de funcionários que possam controlar as crianças. -----

Assim, pretendiam dar este alerta, para que as situações não se voltem a repetir. --

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que há duas situações completamente distintas, e uma tem a ver com o pessoal do chamado "rácio", ou seja, o número de pessoas por número de alunos nas escolas, que os municípios no geral consideram que é baixo relativamente às necessidades, uma vez que as escolas, sobretudo as grandes, têm muitos miúdos e muitos no recreio, ao mesmo tempo, e mereceriam mais pessoas do que as que efetivamente existem. Aquilo que se tem vindo a fazer, no âmbito dessas do rácio, é procurar contratar as pessoas, e integrá-las nos quadros da câmara municipal. -----

Uma situação diferente é a do pessoal do apoio aos almoços, sendo que, no âmbito dos programas existentes com o Instituto de Emprego e Formação Profissional,



Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº \_\_\_\_\_

São pois duas situações distintas, mas no geral o executivo está de acordo, era necessário mais pessoal nas escolas, e o rácio deveria aumentar. Dever-se-ia conseguir organizar as coisas com base em contratações diretas para os municípios, mas os mesmos estão, como a Srª Vereadora sabe, obrigados a reduzir o número de pessoal de ano para ano. -----



Deliberação nº \_\_\_\_\_

11



Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº

A pergunta que os membros da CDU colocam é se está ou não pensada uma requalificação para estas duas rotundas, porque de facto aquilo que está ali não lhes parece o mais correto.-----

A

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
REALIZAÇÃO DE INICIATIVA POR ASSOCIAÇÃO DO CONCELHO – ATUAÇÃO DOS  
SERVIÇOS MUNICIPAIS -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que gostaria de saber se os  
serviços de atividades económicas têm mesmo a obrigação de agir da forma que  
vai relatar. -----

Uma associação do concelho informa os serviços de que vai fazer um karaoke  
entre as 16h00 e as 20h00, não sendo necessária uma licença especial de ruído,  
porque não ultrapassa as 22h00, e é pedido à associação seguro, o documento dos  
direitos de autor, a planta de sala, a memória descritiva da sala, a fotocópia da  
tomada de posse da direção e os cartões de cidadão dos diretores. -----

Para uma iniciativa que demora 4 horas e tem apenas por objetivo, para além da  
comemoração da associação, tentar arranjar alguma forma de compensar os  
gastos que a associação tem, porque tem de pagar condomínio de um espaço que  
nem é seu, como é que a câmara municipal consegue pedir uma série de papéis  
que “empana” o processo todo e deixa estes dirigentes associativos, que são  
voluntários, numa situação de quase querer desistir das atividades que pretendem  
fazer? -----

Os membros da CDU entendem que tem de haver alguma agilidade por parte dos  
serviços da câmara municipal quando se está a falar de uma associação do  
concelho, ainda pra mais neste horário de trabalho. -----

Posteriormente, fará chegar o nome à Srª Vereadora Marina Tiago. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº

Confirmam que têm vindo a ser contactados no sentido de lhes ser dado a conhecer a permanência de preocupações relativamente às questões de falta de segurança naquela zona urbana da freguesia do Sobralinho.-----





Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
DEGRADAÇÃO DAS ESTRUTURAS CONSTRUÍDAS PARA ARRUMAR E ACONDICIONAR  
APARELHOS DE PESCA – PÓVOA DE SANTA IRIA-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo uma situação que os membros da CDU consideram, no mínimo, insólita. -----

Foi-lhes dado a conhecer, através dos pescadores da Póvoa de Santa Iria, que aquelas estruturas construídas para arrumar e acondicionar os aparelhos de pesca já apresentam hoje sinais evidentes de degradação, inclusivamente deram-lhes conta que na sequência das últimas chuvadas muitas dessas estruturas, palafitas, encontram-se numa situação de elevada degradação e deterioração. -----

Tudo isto lhes suscitou muitas dúvidas, e, não pondo em causa, como é óbvio, a informação que lhes foi dada a conhecer, questionam como é que isto pode ter acontecido, tratando-se de uma obra recente, com um elevado custo de aquisição e passados poucos meses apresenta as anomalias que lhe foram relatadas pelos pescadores.-----


Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
CONSTRUÇÃO DE ESTRADA NA URBANIZAÇÃO DA MALVA ROSA – VILA FRANCA DE  
XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo uma questão que tem a ver com aquilo que parece ser uma estrada que está a ser construída na urbanização da Malva Rosa. -----

Os membros da CDU tiveram oportunidade de passar pelo local e não encontram nenhuma informação visível, ou mais ou menos visível, que lhes permita perceber o que está ali em construção. -----

Como se costuma dizer, quem não sabe pergunta, e como vereadores da câmara municipal, não sabendo do que se trata, gostariam de perguntar, em primeiro lugar, se se trata de uma obra licenciada, em segundo lugar, quem é o promotor daquela construção, e o terceiro aspeto tem a ver com as condições de tráfego dessa mesma via em construção. -----

A via vai dar à rotunda do Alambique, aquela que dá para a freguesia de Vialonga. -  
Suscita-lhes algumas dúvidas a forma como aquilo tudo está a acontecer, e, acima de tudo, como é que aquele trânsito, se for exatamente aquilo que desde já perspetivam, pode entroncar numa estrutura de acessibilidade já de si bastante saturada. -----

Gostariam de aproveitar para perguntar também como se fica em relação à questão das infraestruturas não recebidas, porque já se torna um bocado difícil de aceitar o estado de abandono a que está votada aquela urbanização. -----

Os membros da CDU têm o entendimento que, se há infraestruturas de zonas verdes, de ruas, passeios e arruamentos, que estão em condições de serem recebidos, devem passar rapidamente para o domínio de gestão do município mas, francamente, com aquilo a que assistem, ficam sem saber exatamente em que ponto se encontra esta situação. -----

Queriam uma vez mais recordar à câmara municipal que foi tomada uma decisão no sentido de protelar por mais 6 meses o prazo de garantia para a boa execução das infraestruturas dentro dos limites dos lotes construídos, e se isto tivesse sido cumprido à risca já estava com bastantes meses de atraso, porque foi dado o prazo de setembro de 2013. -----



Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Gostariam de saber como é que tudo isto acontece, entretanto veem uma obra desta envergadura a acontecer, e parece estranho, face àqueles que dizem que o promotor não tem meios financeiros para acabar as infraestruturas, que seja responsável pela construção de uma obra desta envergadura.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ATERRO SANITÁRIO DO MATO DA CRUZ - CALHANDRIZ -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo-se ao aterro sanitário do Mato da Cruz, na Calhandriz, dizendo que os membros da CDU gostariam de colocar questões muito concretas.-----

A primeira é o que é que a câmara municipal fez na sequência da informação que foi dada na última reunião de câmara, de que houve o rompimento de uma das membranas das telas. Quais são as consequências ambientais da saída dos lixiviados? Isso foi estudado? Escorreu para onde, para as linhas de águas existentes? Houve escorrimentos superficiais? Há uma noção aproximada do impacto ambiental gerado junto da população, ou junto dos aquíferos? Qual é a dimensão de tudo isto? -----

Os membros da CDU sabem que naturalmente nestas coisas deve haver bastante prudência e bastante noção real daquilo que está efetivamente a acontecer, mas impõe-se esta pergunta, o que está a acontecer, por que é que aconteceu e que garantias são dadas no sentido de se evitar aquilo que está neste momento a acontecer.-----

Por outro lado, gostariam de perguntar se a câmara municipal está em condições de lhes poder assegurar que as capacidades de enchimento das células estão ou não preenchidas, porque o volume do aterro é de tal ordem que têm muitas dúvidas que independentemente de uma necessidade que todos sabem que existe, que é de acondicionamento ambiental das cinzas e dos lixos não sujeitos a valorização energética, que o aterro do Mato da Cruz continue a ter condições para receber lixo tal como tem vindo a receber. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, mencionando que o Sr. Presidente, no dia 12 de maio, disse que já tinha solicitado informações numa reportagem da Rádio Televisão Portuguesa - RTP, do serviço público de televisão em Portugal, e os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber que informações o Sr. Presidente recebeu da Valorsul. -----

Também leu declarações do Sr. Presidente, a propósito da privatização da EGF, a dizer: "ora bolas, logo agora que vai haver privatização, é que as entidades públicas vão ter que investir aquele dinheiro", e o próprio, além de dizer isso, diria:



“ora bolas, o que fizeram os representantes das câmaras municipais na Valorsul, incluindo a atual administração, durante este tempo todo, que eventualmente não terão feito a manutenção devida do aterro sanitário”, e “ora bolas, que é logo no concelho de Vila Franca de Xira em que desde início houve a contaminação dos aquíferos em toda aquela área”. -----

Não é só agora, é desde sempre, e aquela população, que se manifestou como se manifestou, à época, contra a questão da Cimpor, é a mesma que está sistematicamente carregada com estes problemas, sem ter uma solução da parte do poder político, não valendo a pena vir, de vez em quando, com discursos de circunstância, porque efetivamente o Partido Comunista tomou a decisão que tomou à época, erradamente, pois hoje é um aterro sanitário, na altura era uma lixeira, sem qualquer espécie de proteção, que contaminou toda a área. O Partido Socialista, quando veio, não alterou coisa nenhuma, e continua tudo a funcionar da forma que está, quando o aterro sanitário já deveria ter sido enterrado, e gradualmente transformado numa zona de usufruto da população.-----

É fundamental que se resolva isto, independentemente de, por contrato, haver a responsabilidade da câmara municipal, de encontrar uma solução na área do concelho, que é isso que está em contrato, e está à vontade, pois nunca teve nenhuma responsabilidade nessa matéria. -----

Era pois importante saber que informação tem a câmara municipal, e, já agora, se já tem conhecimento do relatório do LNEC, que foi entregue à Valorsul, com a respetiva avaliação, e saber se efetivamente já se conseguiu detetar o que se passa, pois pode ser a tal fissura na parte de baixo, que faz a proteção da não contaminação dos lixiviados, ou ser outra situação, uma vez que, segundo se julga saber, não estaria ainda perfeitamente encontrado o problema, face ao aterro sanitário do Mato da Cruz. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que esta situação tem vindo a preocupar a câmara municipal, como já na última reunião tinha sido abordado, e como há desenvolvimentos e contactos diretos com a Valorsul, agradece que o Sr. Vereador António Oliveira possa prestar os esclarecimentos. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo que se escusa a entrar em grandes pormenores, porque entende que em todos eles a câmara municipal



esteve representada pelo Sr. Presidente, como na entrevista que deu à RTP, no Mato da Cruz. -----

O próprio esteve lá, é público o que o Sr. Presidente disse, no entanto existe uma indicação da Valorsul, da comissão executiva, que esta semana terá em seu poder o relatório do LNEC, após ter sido questionada pelo município.-----

Lembra o que foi dito pelo Sr. Presidente, que é um facto, a câmara municipal, através de ofício, questionou e impôs o encerramento da central de tratamento em São João da Talha, a que o conselho executivo atendeu, por um período de um mês, sendo que a chamada grande reparação foi adiada.-----

Deixa ainda um alerta e uma questão também já abordada pelo Sr. Presidente, ou seja, esta reparação era para ter sido feita pela Valorsul em 2012, não foi feita, depois em 2013, não foi feita, e agora, para 2014, estava programada esta paragem.-----

Por ironia do destino surgiu este problema, questionou-se e impôs-se a paragem da central, e assim foi feita, até se ter a resposta em poder da câmara municipal relativa ao relatório do LNEC.-----

A indicação que há é que esta semana o relatório chegará, e no local onde foi feita a entrevista aproveitou-se para fazer uma reunião, sendo que a câmara municipal foi informada, pelos técnicos da Valorsul, que felizmente não há rutura de tela, há uma rutura de tubagem entre duas estações elevatórias, mas “quer ver para crer”, como São Tomé.-----

De qualquer forma a câmara municipal pretender ler isso mesmo no relatório, não pondo em causa aquilo que os técnicos estavam a dizer, e por isso a posição tomada, ou seja, até que esse relatório chegue, nem a central de tratamento de São João da Talha para, nem o Mato da Cruz recebe seja o que for da central. Esta é a posição assumida, e neste momento a Valorsul está a cumprir.-----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
AAAF – ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA DA COMPONENTE DE  
APOIO À FAMÍLIA -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que os membros da CDU  
pretendem colocar uma questão relacionada com a CAF – Componente de Apoio à  
Família, agora chamada AAAF – Atividades de Animação e de Apoio à Família. -----

Em março de 2013 a câmara municipal aprovou uma proposta que tinha em  
intenção prolongar a CAF das 15h00 até às 19h00. -----

Sabem que a legislação em vigor fala das 17h30, mas também sabem que há  
câmaras municipais que decidiram, e bem, no seu entender, prolongar este serviço  
por conta da câmara municipal até às 19h00. Foi tomada essa deliberação e na  
altura o que foi dito às associações de pais foi que não seria possível alterar a  
situação naquele ano porque os protocolos estavam já devidamente redigidos e  
não era possível alterar a redação. -----

Está-se agora a preparar um novo ano letivo e o caderno de encargos que chegou  
às associações fala precisamente da CAF entre as 15h00 e as 17h30. -----

Já neste mandato, em março, aquilo que foi decidido em reunião de câmara foi que  
a câmara municipal iria averiguar a razão das instituições estarem a cobrar preços  
completamente díspares entre as 15h00 e as 17h30, em que o agregado familiar  
paga a parte que diz respeito ao seu nível de rendimento, e depois, entre as 17h30  
e as 19h00, foram colocados preços que rondam os 45,00€. São diferenças muito  
grandes, está-se a falar de um serviço em que entre as 15h00 e as 17h30 são  
cobrados valores entre os 5,00€ e os 15,00€, e depois, entre as 17h30 e as 19h00,  
43,00€ ou 45,00€. -----

Os membros da CDU entendem que a deliberação deve ser colocada em prática, e  
o município tem de encontrar junto das associações de pais uma forma para que os  
pais não tenham de suportar este encargo. -----

Gostariam de perceber por que razão se continua a dizer que a CAF em Vila Franca  
de Xira funciona até às 17h30, quando já foi deliberado por maioria que funcionaria  
até às 19h00. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que efetivamente foi pedida, e o próprio  
solicitou também aos serviços, a elaboração de um quadro que fizesse a



Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº

demonstração da questão que foi referida em reunião de câmara. Não o tem, mas tem o chefe da Divisão de Educação, e pede que nesse entretanto, até à próxima reunião de câmara, haja condições para ter essa informação, porque a reflexão que a Srª Vereadora trouxe mais uma vez faz todo o sentido, e já na altura se tinha visto. -----





Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº

Esta moradora queixa-se de acordar sucessivamente, várias vezes por semana, devido ao barulho da recolha dos resíduos, e também dos ecopontos, e gostariam de saber se esta situação poderá ser melhorada, em termos de horário. -----



Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº

No entanto, a exposição da munícipe incide sobre a ilha ecológica na av. Afonso de Albuquerque, em Alhandra. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

OPERAÇÕES STOP NA RUA ALVES REDOL – VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, reportando-se a uma questão que já levantou numa reunião de câmara em que esteve presente, há cerca de 2 meses, que tem a ver com as operações STOP levadas a cabo pela PSP na rua Alves Redol, em Vila Franca de Xira. -----

Referiu não saber se a câmara municipal, nomeadamente o Sr. Presidente, já atuou nesse sentido, para além do curioso que é a PSP estar a utilizar a faixa BUS do Partido Socialista, pois não é da Coligação Novo Rumo nem da CDU, para fazer estas operações STOP.-----

Os carros da PSP não estão a circular, estão parados, e mandam parar os outros carros, pelo que a determinada altura, sendo as duas faixas para o trânsito fluir, estão todos “empancados” no trânsito, pois estão carros a entrar e a sair, e a ser mandados parar.-----

Obviamente que as fiscalizações têm de ser feitas, não é isso que está em causa, mas pensam que, de facto, o local certo não é a rua Alves Redol, e é curioso que seja utilizada a faixa BUS, assunto que já se discutiu tantas vezes, e de repente encontra-se uma utilização para a mesma, que é a de operações STOP. -----

Poderia ser outra coisa, mas encontrou-se uma utilização que até gera receita, e nos tempos que se vivem, ao fim ao cabo, esta faixa BUS está a ter algum sucesso. Pensa contudo que não é isso que a população de Vila Franca de Xira e as outras pessoas que a ela vêm pretendem, pois têm que atravessar a cidade pela rua Alves Redol, e são mandadas parar. Não será para averiguar excessos de velocidade, pois é impossível, e será portanto para averiguar outro tipo de situações, como documentos. -----

Julga que poderão ser encontrados outros locais, com menos prejuízo para o desenrolar normal do trânsito em Vila Franca de Xira.-----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata **039**

Reunião de 2014/05/14

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PASSADEIRA EM FRENTE AO CENTRO DE SAÚDE – VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo-se a uma situação que já levantou várias vezes, bem como a CDU, que tem a ver com a passadeira em frente ao centro de saúde de Vila Franca de Xira, em que, no entender dos membros da Coligação Novo Rumo, deveria ser feita uma lombagem ou outra situação qualquer, porque a passadeira está na descida, os carros vêm a alguma velocidade, às vezes não é fácil travar, e pode acontecer alguma coisa. -----


Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
PROPOSTA - FORNECIMENTO DE TRANSPORTE ÀS ESCOLAS DO CONCELHO DE VILA  
FRANCA DE XIRA-----

Interveio a Sr<sup>a</sup> Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo foram visitar a Companhia das Lezírias, e ficaram agradavelmente surpreendidos com toda a organização que esta nova administração está a implementar, mas ficaram tristes, se assim se pode dizer, com o facto de terem visitado o EVOA – Espaço de Visitação e Observação de Aves, e verificarem que as escolas que mais o visitam são de fora do concelho. -----

As do concelho são as que menos visitam o EVOA, e a razão que lhes foi adiantada é a de que as escolas pedem o transporte à câmara municipal, que não fornece o transporte, e também diz que o mesmo não pode circular dentro da Lezíria, e as escolas acabam por não ir àquele espaço. -----

Neste sentido, tem uma proposta para apresentar dos membros da Coligação Novo Rumo, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

Referiu que todos conhecem o EVOA, não estão a dar nenhuma novidade, é um centro de interpretação único, com condições excelentes, e as pessoas deveriam conhecê-lo, mas a maior parte delas, que é do concelho, não conhece. Tem uma exposição permanente fantástica, e para os adultos também, mas para as crianças reveste-se de muito interesse, até para perceberem a migração das aves e outras situações, e inclusivamente verificaram que se pode até aprender a desenhar uma ave em poucos passos. -----

Assim, de facto, ter às portas de Vila Franca de Xira, e pertencendo ao concelho, um centro de interpretação deste nível, entristece-os saber que as escolas de Vila Franca de Xira não estão a ir ao EVOA, eventualmente, e não vão sequer perguntar se é por culpa da câmara municipal. -----

De seguida, procedeu à leitura da proposta. -----

-----  
-----  
-----  
-----



**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**  
Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

---

**PROPOSTA N.º 03/2014**

**Fornecimento de Transporte às Escolas do Concelho para Visitas de Estudo ao EVOA**

Localizado no coração da mais importante zona húmida de Portugal, o Estuário do Tejo, o EVOA – Espaço de Visitação e Observação de Aves permite que os visitantes conheçam e desfrutem do património único, existente entre a Lezíria e o Estuário do Tejo.

O Centro de Interpretação para além de acolher os visitantes, convida-os a conhecer a exposição permanente - EVOA, onde o mundo encontra o Tejo - e a participar em diversas actividades complementares à observação de aves.

Mas a experiência começa ao entrar na Lezíria Sul de Vila Franca de Xira: no contraste entre paisagens, na conjugação da tradição com a inovação, e, é claro na variedade de espécies que se alimentam ou refugiam nas valas, campos agrícolas e pastagens da Lezíria, dando as boas vindas a todos os que percorrem este espaço fascinante.

A Coligação Novo Rumo reconhece a importância da Câmara Municipal se ter associado como parceira neste projecto, no entanto, enquanto Vereadores, chegou-nos a informação que os Alunos do Concelho não têm possibilidade de visitar este espaço por falta de transporte especializado. Chegou-nos também a informação que “a Câmara Municipal não autoriza que os seus autocarros circulem nas vias dentro da Lezíria Sul”.

Consideramos que o projecto EVOA merece ser conhecido por todos os Portugueses, a bem da Natureza, do Estuário do Tejo, e consequentemente de Vila Franca de Xira.

Consideramos que é fulcral que os Alunos do nosso Concelho conheçam este projecto.

É neste contexto que os Vereadores da Coligação Novo Rumo têm a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira delibere:

- Que se informem todas as Escolas do Concelho de Vila Franca de Xira, que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira fornece transporte para os professores e alunos que se queiram deslocar em visita de estudo ao Centro de Interpretação do EVOA.

*Vila Franca de Xira, 14 de Maio de 2014*

Os Vereadores da Coligação Novo Rumo

Rui Rei

Helena Pereira de Jesus



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Atã 041

Reunião de 2014/05/14

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

CANDIDATURA DA ACIS AO COMÉRCIO INVESTE -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, fazendo uma avaliação breve a três das respostas que foram entregues aos membros da Coligação Novo Rumo hoje, em reunião de câmara, começando pela candidatura da ACIS ao programa Comércio Investe, que a câmara municipal patrocinou. -----

Agradecem a resposta, que explica e enquadra o projeto, bem como a razão ou, eventualmente, como se constituiu o projeto, mas continuam a dizer que não estão de acordo. Não estão de acordo que a única área do concelho que se aplique seja a das duas ruas da cidade de Vila Franca de Xira, nomeadamente a rua Serpa Pinto e a rua Alves Redol, antigamente Palha Blanco. -----

Não estão de acordo, e consideram que a câmara municipal deveria ter uma posição face a esta matéria, ainda mais porque o projeto usa infraestruturas municipais, que pessoalmente tem a honra de as ter deixado concluídas quando exercia funções de vereador, com tempos nesta câmara municipal. -----

O que acontece é que não faz sentido, quando se diz que o único local do concelho é a cidade de Vila Franca de Xira, em particular a zona baixa, porque a candidatura tinha de ter uma área onde o comércio fosse predominante, e onde houvesse elevada concentração de comércio de rua. -----

Alverca do Ribatejo não é propriamente uma zona deserta, deserta era a margem sul. Alverca tem muito comércio, para não falar na Póvoa de Santa Iria, em que eventualmente a zona antiga terá menos, e não pode aceitar que a câmara municipal não esteja preocupada com o desenvolvimento harmonioso do seu concelho. -----

Por muito que dê voltas, não consegue aceitar, e não percebe quando se disse, em reunião de câmara, que é um projeto da ACIS. Se é um projeto da ACIS, a associação pode concorrer livremente, mas a autarquia tem que se demarcar do projeto, no sentido de dizer que tem de existir uma integração de todo o espaço comercial do concelho. -----

É um defensor do concelho de Vila Franca de Xira, é de Vila Franca de Xira, mas não aceita isto, não aceita esta forma de discriminação do investimento no concelho, e pensa que a câmara municipal, e os vereadores responsáveis por este



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Atã 042

Reunião de 2014/05/14

Proc<sup>o</sup> \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

projeto, devem verificar o que se está a passar. -----

Independentemente, e é outro dos argumentos, de ser uma questão das associações, a câmara municipal tem de ter uma opinião, porque se não tem, então não se associa ao projeto, a este ou a outro qualquer.-----

Não consegue aceitar uma forma destas, e depois a forma de justificação deste tipo de candidatura, sendo que o resto do concelho não é paisagem, concentra 90% da população do concelho, e não é aceitável esta forma de concentração de investimento, que nalguns casos tem sido manifestamente duvidoso, e toda a gente sabe o que aconteceu no anterior investimento de modernização do comércio.-----

Desta forma, os membros da Coligação Novo Rumo não aceitam, vão pedir explicações sobre este processo, e até existirem novas informações, o que dizem é que a câmara municipal se associou a um projeto que é manifestamente sectário, e não resolve os problemas do comércio, nem do concelho, nem em particular da cidade de Vila Franca de Xira. -----

Não resolve, porque o problema de Vila Franca de Xira tem de ser resolvido no seu todo, e a câmara municipal tem que se envolver na sua globalidade, na atração de investimentos e não numa perspetiva absolutamente sectária, de quem saiu de uma rua e se movimentou para a outra, e fez este tipo de programas, que não serve os interesses dos comerciantes na sua globalidade. -----

Aliás, se servisse, até esta câmara municipal já teria aceitado o pedido de reunião que um grupo de comerciantes fez, para se reunir com eles, em que os membros da Coligação Novo Rumo terão o prazer de se reunir com eles na próxima semana, porque uma coisa não tem a ver com a outra, e têm que saber distinguir estas realidades, porque consideram que os cidadãos, no concelho, devem ter, efetivamente, igualdade de oportunidades. Não deve ser tratado igual o que é diferente, mas tem que existir igualdade de oportunidades, pois a associação que está em causa é a associação do concelho de Vila Franca de Xira e de Arruda dos Vinhos. -----

Tem que se ter isto muito claro, e a câmara municipal tem que entender que representa o todo do concelho, e não parte do mesmo.-----



*Handwritten signature and mark*

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
ANTENA DE COMUNICAÇÕES – LOTEAMENTO DA ANTIGA JB FERNANDES – FORTE  
DA CASA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se a uma resposta que foi entregue hoje aos membros da Coligação Novo Rumo, relativamente à antena de comunicações, no Forte da Casa, que pelos vistos é da Optimus, questão que tem vindo a colocar, dizendo que o departamento de urbanismo e o arquiteto responsável, diretor do departamento, responderam, em dois parágrafos, uma coisa simples. O processo de licenciamento é de 2008, foi efetuado no âmbito de um determinado processo, e é um contrato de arrendamento entre a empresa e o proprietário. -----

Isso já a Coligação Novo Rumo sabia, e não foi o que o próprio perguntou. O que colocou foi que, após este licenciamento, houve um processo de urbanização, a aprovação de um loteamento no ex-lote da JB Fernandes, há inclusivamente movimentação neste momento, aparentemente para terminar o estado absolutamente de guerra que ali existe há vários anos, até de incumprimento de um licenciamento assinado pelo próprio, à época, da travessia da EN 10, que a câmara municipal, até hoje, não fez cumprir. -----

Em toda aquela área estava previsto ser reavaliada a intervenção que se iria fazer paralela à estrada nacional, que tinha a ver com o passeio, encostado à bomba de gasolina e ao talude ali existente, ou do lado oposto, para criar a possibilidade da população ali poder andar. Hoje, numa freguesia que vai do extremo encostado a Loures até à cidade de Alverca do Ribatejo, que é só uma freguesia, faz todo o sentido que, integrada até com o passeio ribeirinho, se possa criar uma envolvente e uma ligação, e que as pessoas possam andar em segurança, pelo que não entende como é que é esta resposta. -----

O urbanismo tem de ter uma visão global, não tem de ter uma visão parcial. Aquilo foi licenciado à época, e por isso vai-se agora permitir que a obra que lá está a ser feita tenha uma estrada de 6 metros e naquela zona haja uma saída de 3, porque se vai continuar a permitir que aquele senhor continue a ter ali um rendimento de 2008, em 2014, quando aquilo não faz sentido, e quando agora quem deveria ter o rendimento era a entidade pública, porque tudo aquilo é âmbito de cedência para a câmara municipal? É assim que se vai permitir isto? Faz algum sentido? Só os



membros da Coligação Novo Rumo é que estão a olhar e a ver isto, mais ninguém consegue olhar?-----

O que diz, com o devido respeito, é que lá fora recebem um “carimbo”, e as pessoas dizem “aqueles tipos vão ali, e vão receber senhas de presença”, só que não recebem salário, recebem a senha de presença, o que é bom e é justo, mas não é para isto, que não faz sentido, e é preciso que a câmara municipal, quem tem responsabilidade, e os respetivos serviços, olhem, e, já agora, vejam o que se está lá a passar, e lhe digam o que se vai fazer e como se vai resolver.-----

Há uma zona de vedação que lá está há 4 ou 5 anos, não se resolve, um passeio cheio de ervas, em que as pessoas não podem circular, e por aí fora, pelo que faz todo o sentido que, de uma vez por todas, não se ande a responder com 2 parágrafos para cumprir calendário, e se chegue à reunião e se entreguem 10 respostas a 10 requerimentos sem ter uma avaliação concreta, já que a única coisa que se está a fazer é cumprir calendário, sem objetivamente querer resolver o problema. -----

Depois, até porque a antena pertence ao mesmo grupo, convinha que se tratasse em conjunto, e se pudesse efetivamente dar uma resposta em conjunto, não podendo os loteamentos, nem devendo, durar “ad aeternum”, no seu licenciamento. Tem de haver, de uma vez por todas, respeito pelas entidades públicas, e as pessoas não podem usar e “meter” na boca, cada vez que querem o respeito pelas entidades públicas, pois depois não se fazem respeitar.-----

A Coligação Novo Rumo tem muito respeito pelas entidades públicas, pelos seus trabalhadores e quem as serve, mas é fundamental que o poder político dê poder aos funcionários públicos, aos diretores desta câmara municipal, para que possam atuar séria e corretamente nestas matérias. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 045

Reunião de 2014/05/14

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ENSINO DO 1º CICLO – MATRÍCULAS – ZONA SUL DO CONCELHO -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se ao ensino do 1º ciclo, e às matrículas que estão a ser feitas na zona sul do concelho, nomeadamente na cidade da Póvoa de Santa Iria, dizendo que gostaria de saber se a câmara municipal tem conhecimento dos critérios que levam às matrículas no ensino do 1º ciclo público do concelho. -----

Quais são os critérios que os agrupamentos estão a aplicar para dizerem que as crianças do concelho podem ir para escola A ou para a escola B, e se devem ou não entrar? Não são do ministério, e o agrupamento pode definir os seus próprios, sendo que a lei define um conjunto de critérios e diz que os agrupamentos, a seguir, podem ajustar os critérios, e é por isso que questiona se efetivamente a câmara municipal tem conhecimento dos critérios, quais são e como está a decorrer este processo de matrículas, porque as informações que chegam aos membros da Coligação Novo Rumo são as de que há critérios que não são claros. --- Não estão a afirmar, estão a questionar, para conseguirem ter uma avaliação correta sobre a matéria. -----

Há uma outra situação que os preocupa, a das crianças que têm 5 anos em setembro deste ano. Se compreendem que possa haver alguma restrição, em momentos de existência de muitas crianças, e logo algum problema no acesso ao ensino, neste momento não entendem isso, pois o que não faltam são vagas nas escolas do concelho, mesmo na cidade da Póvoa de Santa Iria. -----

Fala-se, e mais uma vez está a falar ou a especular, pois não tem ainda uma informação, que há escolas novas construídas pela câmara municipal que vão ter menos salas do que as que lá têm disponíveis, e os agrupamentos estão a definir ter, em vez de 4 salas, duas, e noutra escola, quando se calhar o que se deveria fazer era concentrar, mas essa é uma questão que a câmara municipal deve avaliar com o agrupamento. -----

Até numa altura em que se diz, e bem, que infelizmente as escolas do concelho não têm os auxiliares que deveriam ter, de suporte às crianças e aos professores, eventualmente, havendo esse número de vagas, valeria a pena concentrar, para dar mais qualidade. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A  
✓

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata **046**

Reunião de 2014/05/14

Proc.<sup>o</sup> \_\_\_\_\_

Deliberação n.<sup>o</sup> \_\_\_\_\_

No entanto, e mais uma vez, gostariam de perceber o que se está a passar nesta lógica. -----

Quanto à idade das crianças, não fará muito sentido, se o pai e a mãe as querem colocar a estudar, que, de forma administrativa, se diga que não vão. Se há vaga, vão, o próprio entrou para a escola com 5 anos, porque havia vaga, e deveria ter só entrado no ano seguinte. -----

O resultado é o que é, uns gostam, outros não, mas é da vida, e nunca foi muito favorável àqueles que, ou gostam de toda a gente, ou toda a gente gosta deles, o que quer dizer que passam pela vida e não deixam rasto nenhum. "Passam na areia e não deixam pegadas", e isso não vale coisa nenhuma. É mais como os neorrealistas, que deixam efetivamente uma marca, e isso é que é importante. -----

Efetivamente, em relação às crianças, pensa que deveria ser avaliado, porque se houver vagas, e se os pais quiserem que entrem, a Coligação Novo Rumo pensa que deveriam entrar no ensino, e não deveriam ficar mais um ano à espera. -----

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que efetivamente, como o Sr. Vereador sabe, todo o processo de inscrição das crianças é regido por legislação própria, que tem a ver, fundamentalmente, com a idade, sobretudo as que só fazem 6 anos entre setembro e dezembro, que se chamam alunos condicionais, que têm depois lugar nas turmas consoante haja ou não vaga, face à totalidade das matrículas efetuadas. -----

As matrículas, ainda pra mais, hoje em dia, de há uns 3 anos para cá, são feitas em plataforma informática, do próprio ministério, e há uma liberdade total da pessoa que está a fazer a inscrição, do pai ou encarregado de educação, para eleger, crê que 5 escolas, que constam da plataforma, e que podem elencar. -----

Essa análise, normalmente, só é feita quando termina o período das matrículas, crendo que em junho, e só nessa altura é que há condições para se perceber onde, e para que escolas os pais tiveram preferência de inscrição das crianças. -----

A câmara municipal acompanha a situação, nos contactos regulares que tem com o conjunto dos agrupamentos, e à partida todos os agrupamentos procuram incluir todas as crianças, as chamadas condicionais, essas que fazem os 6 anos até ao final do mês de dezembro. -----

Essa é a realidade que existe, o que pode é haver alguma conversa paralela de



Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº

Assim, o que diz é que, caso seja essa a situação, o Sr. Vereador possa também remeter o contacto, e os serviços municipais, no âmbito da educação, esclarecerem com a pessoa, porque efetivamente as matrículas funcionam de forma muito objetiva. -----



Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
SEDE DOS ESCUTEIROS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALHANDRA, SÃO JOÃO DOS  
MONTES E CALHANDRIZ-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se à sede dos escuteiros, na União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, na natural zona de expansão de Alhandra para a zona que sempre deveria ter sido de Alhandra, que é hoje naturalmente, como diria alguém, da grande Alhandra.-----

Assim, os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber, efetivamente, qual é a solução para a nova sede dos escuteiros, para aquelas instalações que ali estão, ou para o arranjo do muro de suporte de terras, que, não sendo fácil, tem de ser resolvido.-----

É tão difícil como o outro muro que está acima construído, e que não ruíu, e portanto gostariam de saber qual é a solução. -----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal



Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 049

Reunião de 2014/05/14

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

INTERVENÇÃO DA ZONA SUL DO CONCELHO-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se a toda a intervenção na zona sul do concelho, entre a Póvoa de Santa Iria e Alverca do Ribatejo, em toda a zona ribeirinha. -----

Quem faz aquele percurso, quer a passear, quer a correr, como é bastante agradável de fazer, consegue perceber que por baixo até se tem também um mini EVOA, com todas as espécies de animais que por ali nidificam, e que efetivamente é muito agradável de se ver nestas alturas, nesta época. -----

Portanto, quem puder passar e verificar vai ter agradáveis surpresas em muitas daquelas zonas que por ali estão, mas há alguns problemas, que convinha que a câmara municipal avaliasse. -----

No que diz respeito a toda aquela zona que já está na área do Forte da Casa, que é o passadiço em madeira, era importante verificar, pois há muitas tábuas a saltar, sendo que em toda aquela junção entre os barrotes e o tabuado de cima há muitas que estão a apresentar sinais de degradação. -----

Pode-se dizer que é do uso, mas a si parece-lhe que não será tanto assim, porque não é tempo suficiente para isso, e a própria madeira apresenta alguns sinais de deterioração, que convinha avaliar, porque se não se avaliar neste tempo, daqui a algum tempo será a câmara municipal, do seu orçamento, a ter que suportar. -----

No troço de que falou, passando a outra ponte antes, que fica em frente à Eurofil, também há algum tabuado a levantar, e depois, em toda a área a seguir, em que é feito um percurso em terra, na zona de suporte às ribeiras, é preciso ver que há zonas onde a terra começa a ceder, e é preciso fazer manutenção em toda aquela área, porque, eventualmente, com o inverno que virá, e o aumento das marés, pode haver algum problema. -----

Assim, convinha avaliar toda essa área, para não haver surpresas. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
 PEDIDO DE AGENDAMENTO PARA A PRÓXIMA REUNIÃO DE CÂMARA – MORADIAS  
 DAS OGMA – ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo vão pedir o agendamento para a próxima reunião de câmara relativo às moradias das OGMA, em Alverca do Ribatejo, de acordo com o requerimento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

Gostariam que a câmara municipal trouxesse, se possível, uma avaliação sobre todo este processo, e se pudesse, em sede de reunião de câmara, discutir um pouco das ideias à volta deste tema, e possíveis soluções para uma área importante da cidade de Alverca do Ribatejo, que poderia ser colocada ao serviço da população. -----





**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA**  
Gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo

---

**REQUERIMENTO N.º 19/2014**

**Pedido de Inclusão de Assunto na Ordem do Dia da próxima Reunião de Câmara**

Exº Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira,

As antigas vivendas das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA), situadas no centro da cidade de Alverca do Ribatejo, actualmente propriedade da Empordef, têm representado um foco de preocupação para os eleitos da Coligação Novo Rumo. Ao longo de todo o processo a informação disponibilizada tem sido insuficiente para que nos seja possível efectuar uma análise correcta e fundamentada.

Assim, e ao abrigo do número 1 do Artigo 53º da Lei 75/2013, os Vereadores da Coligação Novo Rumo vêm solicitar o agendamento, para a próxima reunião da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira do seguinte ponto:

"Moradias da Empordef na Cidade de Alverca - Análise e Discussão."

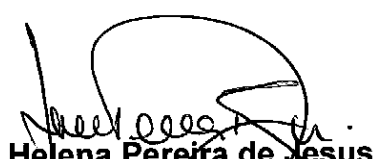
Solicitamos, ainda, que a Câmara Municipal entregue, junto com a Documentação da próxima Reunião de Câmara, toda a documentação necessária para a correcta discussão e análise do referido ponto, nomeadamente a descrição dos imóveis, (quantos são, áreas de construção, estado de conservação), qual é a avaliação feita deste assunto pela Câmara Municipal, e quais são as propostas recebidas e discutidas para resolução desta questão.

*Vila Franca de Xira, 14 de Maio de 2014*

Os Vereadores da Coligação Novo Rumo



**Rui Rei**



**Helena Pereira de Jesus**



Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----  
RESPOSTA ÀS QUESTÕES COLOCADAS NO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA E  
ASSUNTOS RELACIONADOS COM A ORDEM DO DIA-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que já se ultrapassou o período antes da ordem do dia, de qualquer das maneiras há algumas questões, das muitas que foram colocadas que, tendo em conta a urgência que representam, seria importante pelo menos abordar. Depois há umas outras que mereceriam uma reflexão até conjunta sobre os assuntos em concreto, nomeadamente a questão do concerto dos Amor Electro, do Festival da Juventude, que mereceria mais uma conversa do que propriamente uma referência e resposta imediata. -----

De qualquer das maneiras elegerá dois ou três temas mais pendentes para tentar responder em 10 minutos, que foi mais ou menos o que se gastou com o voto de pesar e a intervenção inicial. -----

Quanto às restantes questões, ficarão para responder, se houver tempo, no final da reunião. -----

Prosseguiu, passando à ordem do dia, referindo que há pedidos de intervenção quanto aos pontos 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 19, 20, 23, 27 e 28.-----

Quanto aos restantes, consideram-se aprovados por unanimidade.-----



Assunto: ATAS NºS 9/2014 E 10/2014, DAS REUNIÕES DE CÂMARA DE 2014/04/16 E 2014/04/30-----

Presente para aprovação as atas das reuniões de câmara de 2014/04/16 e 2014/04/30, com dispensa da sua leitura, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros. -----

Interveio a Sr<sup>a</sup> Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo estarem causa as atas nºs 9 e 10. Lamentavelmente os membros da Coligação Novo Rumo não tiveram tempo de analisar a ata nº 10, pelo que pediam que passasse para a próxima reunião de câmara a aprovação dessa ata. -----

Quanto à ata nº 9, está tudo bem. -----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo que se todos estiverem de acordo considera-se a ata nº 9 aprovada por unanimidade, e a nº 10 passará para a próxima reunião de câmara. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata nº 9/2014, da reunião de câmara de 2014/04/16.-----

Deliberado, por unanimidade, retirar a ata nº 10/2014, da reunião de câmara de 2014/04/30, transitando para a próxima reunião de câmara.-----

*Handwritten signature*

1. Assunto: ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE BONS SERVIÇOS MUNICIPAIS AOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 274/14, de 29/04, do DGAFJ/DRH, e deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, de 07/05, para aprovação da atribuição de medalhas de bons serviços municipais aos trabalhadores da câmara municipal e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, que ao longo de 30, 20 e 10 anos de serviço manifestaram assiduidade, dedicação e zelo em prol do município. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 274/14, de 29/04, do DGAFJ/DRH, e deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, de 07/05, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----



Assunto: REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO EM ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS ----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2014/05/08, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da representação do município na Associação da Escola de Toureio José Falcão, Comissão de Proteção de Menores de Vila Franca de Xira e Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres.-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo serem propostas três situações, a primeira é a Escola de Toureio José Falcão, que na altura da aprovação tinha sido retirada, conjuntamente com outras duas situações, a da Empordef e das Cidades Taurinas. Os membros da CDU, nas restantes, tinham-se absterido, e a sua posição nesta situação, como é do conhecimento de todos, é de que a representação deve ser feita pelos elementos do executivo socialista, porque ambas as forças na altura não aceitaram, pelo menos a CDU, qualquer tipo de representação nas instituições. A outra entidade é a Comissão de Proteção de Menores, que tinha sido aprovada, mas há uma substituição, saindo a Drª Celina Rosa dos Santos, e entrando a Drª Maria Carolina Neves Carvalho, e gostariam de saber a razão desta substituição tão rápida.-----

Julga que a outra, da Associação de Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres, é nova, porque foi consultar a relação anterior e não está lá. -----  
Como disse, os membros da CDU abstiveram-se e viabilizaram a aprovação das outras situações, mas não neste caso. -----

Em relação à Escola de Toureio José Falcão, não cumpre aquilo que defendem e a sua filosofia, que é o facto da representação nas instituições ter de ser feita por eleitos do executivo socialista, e não têm nada, como disseram na altura, a ver com os técnicos da câmara municipal, isso é perfeitamente pacífico, como também sabem que é permitida a representação por pessoas não eleitas. Esta situação não cumpre, e não vai avançar com insinuações ou processos de intenção, porque os membros da CDU compreendem por que é que o assunto vem, mas para já, a não ser que seja obrigado a voltar “à carga”, nesta situação votam contra. -----

Relativamente à proposta para a Comissão de Proteção de Menores, se a justificação para esta alteração não for suficiente, votarão contra.-----

A outra situação, como é a primeira vez que vem, e na sua ótica cumpre aquilo que



defendem, abster-se-ão, tal como aconteceu na primeira situação.-----

Como a proposta é apresentada em conjunto, é evidente que pedem que a votação seja feita separadamente, se não for votarão contra toda a proposta, salvaguardando com uma declaração de voto esta posição, porque, como disse, não têm nada contra as Linhas de Torres. -----

Gostariam que o Sr. Vice-Presidente explicasse a razão da alteração em relação à Comissão de Proteção de Menores e também que dissesse qualquer coisa sobre a Escola de Toureio José Falcão.-----

Estão à vontade, e como o Sr. Vice-Presidente se deve lembrar, na última ou penúltima reunião, o próprio levantou o caso desta escola, da celeridade e necessidade de haver a eleição, que já devia ter sido feita em dezembro, e na altura até citou que alguém que faz parte dos corpos gerentes o “pressionou”, para também fazer uma pressão, porque a escola está numa situação, que não diz que é ilegal, mas está praticamente só uma pessoa a geri-la. -----

Consoante as explicações do Sr. Vice-Presidente, os membros da CDU assim atuarão.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, dizendo crer que estão todos de acordo em poder fazer a votação por cada associação, em vez de fazer uma votação em conjunto.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo, não têm problema em fazer a votação em separado.-----

Retomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, mencionando que a proposta que hoje é presente, e ficam ainda algumas outras representações por vir a reunião de câmara na altura em que houver oportunidade, resultam da oportunidade para cá virem.-----

Conforme disse o Sr. Vereador Aurélio Marques, e sabe-o tão bem quanto todos, o caso da Associação da Escola de Toureio José Falcão decorre de eleições, que incluem outras pessoas ou entidades, e é uma forma da câmara municipal ter também a sua representação regularizada, e daí vir a esta reunião. -----

Relativamente à Comissão de Proteção de Menores, trata-se de uma troca técnica, no âmbito da comissão restrita, que é uma troca habitual que vai acontecendo, e no caso a Drª Maria Carolina Neves de Carvalho, que também é psicóloga, tal como



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

A

✓

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata **056**

Reunião de 2014/05/14

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

a que sai, é uma técnica da câmara municipal já sénior, foi muitos anos diretora do anterior Departamento de Habitação, Saúde e Ação Social, e pretende-se que haja essa representação por parte da câmara municipal, com esse peso institucional. ---- No que respeita à Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres, crê que já constava alguma coisa sobre a matéria, mas ainda não formal, porque a associação só se efetivou o mês passado. Assim, foi preciso fazer a constituição da associação das Linhas de Torres, na decorrência das eleições que houve nos diversos municípios, e só neste mandato é que se fez a aprovação e escritura notarial de constituição, mas efetivamente falta Vila Franca de Xira indicar os seus dois elementos, um para a direção e um para a mesa da assembleia-geral, que são os elementos que lhe calham neste conjunto de municípios.-----

Desta forma, é uma questão de oportunidade virem à reunião estas três representações, sem embargo de depois, noutra altura, virem também outras.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, mencionando uma questão que tem a ver com a Comissão de Proteção de Menores, porque quando se diz que se podem alterar as técnicas no meio do percurso, os membros da CDU não percebem muito bem como é que se pode, pois está-se a falar de uma entidade que lida com processos que são sigilosos, que requerem a maior das atenções e também a maior confiança em relação aos encarregados de educação, que têm alguns problemas pendentes nesta comissão.-----

Há pouco tempo aprovou-se uma representatividade, as pessoas entraram em funções, e agora, 2 ou 3 meses depois, saem e são substituídas. Assim, ou há uma fundamentação que, no mínimo, seja clara, para se perceber a razão de uma das pessoas que é eleita há tão pouco tempo ter agora necessidade de ser substituída, ou então não faz sentido absolutamente nenhum esta alteração. -----

Assim, gostava que o Sr. Vice-Presidente conseguisse explicar as razões da substituição de uma técnica por outra, não colocando em causa as duas técnicas, e aliás não é essa a questão. Contudo, de facto está-se a falar de uma entidade que não é a Escola de Toureio José Falcão, nem é a associação das Linhas de Torres, é uma entidade com uma importância extrema a nível daquilo que é a proteção das crianças e jovens no concelho.-----



Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que a sua camarada, Sr<sup>a</sup> Vereadora Ana Lúcia Cardoso, levantou as questões, não vai repetir-se, e se a réplica do Sr. Vice-Presidente, se assim o entender, à intervenção da Sr<sup>a</sup> Vereadora e à sua própria intervenção inicial, for suficiente para os convencer da bondade desta substituição, é evidente que a viabilizarão. No entanto, não acredita que seja convincente, mas não se quer antecipar.-----

De qualquer modo, adianta, em relação à Escola de Toureio José Falcão, que a CDU vai votar contra. Não têm nada com a substituição de Francisco Vale Antunes pelo Sr. Vereador substituto do PSD, Vítor Manuel Jorge Silva, nem até contra a pessoa de António José Inácio, que já estava na altura, em representação da câmara municipal, mas continuam com a posição que têm. Não quer dizer que não mudem em muita coisa, um correligionário importante do Sr. Vice-Presidente até dizia que “só não mudam os burros”, mas realmente regista, e não tem nada contra as pessoas. -----

O Sr. Vereador Rui Rei está com um sorriso, e entende onde é que o próprio quer chegar, não têm nada contra o vereador substituto, Vítor Manuel Jorge Silva, e fica-se por aqui, pois para bom entendedor basta, mantendo os membros da CDU a mesma posição.-----

Em relação à comissão de proteção de menores, se o Sr. Vice-Presidente não os convencer, na réplica que vai dar, se der, votarão contra. Mantêm a posição que têm, e não mudam consoante as oportunidades das coisas que lhes apresentam. ---

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que em linguagem tauromáquica isto deve ter um nome, mas o que tem a dizer relativamente à comissão de proteção de crianças e jovens é que as funções são muito desgastantes e intensas, e a representação da câmara municipal é feita por diversos técnicos, sendo que a técnica que lá está já lá estava, já se encontrava em funções, e portanto, de forma regular, tanto que a lei também impõe um limite para a presença das diversas pessoas, os técnicos da comissão restrita, essa rotatividade é a bem da própria comissão, por um lado, tal como a lei prevê, e a bem dos próprios técnicos que trabalham com matérias bastante pesadas, como aliás foi bem dito. -----

Relativamente a todas as representações, talvez excetue a pessoa que vai para vogal da direção da Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial,



mas nos outros casos tem a máxima confiança nas pessoas. -----

Quanto à Escola de Toureio, o Dr. Rui Galhardo consta nas representações, porque é um técnico de contas em quem a câmara municipal deposita a máxima confiança, e os restantes, tanto António José Inácio, como Vítor Silva, são pessoas que têm, ainda pra mais, uma “afición”, interesse e conhecimento na tauromaquia muito importante, e por isso entende que vão enriquecer a participação da câmara municipal nessa instituição. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, para dizer que considera que esta votação, nesta semana, vem a calhar, até porque na segunda-feira houve um debate, até agradável, no Prós e Contras, sobre a tauromaquia. -----

Quando chegou a casa esteve a ver a repetição do programa, porque antes esteve a receber uma lição de justiça em Portugal com a Srª Ministra da Justiça, que esteve em Vila Franca de Xira, e no fim de ver aquilo até disse “olé”, porque, efetivamente, o próprio, que até não tem nada em particular contra a globalização, não quer ser obrigado a comer no McDonald’s ou achar que as galinhas vêm do Continente ou do Pingo Doce. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo não têm vergonha, muito pelo contrário, do património histórico e identidade cultural do concelho, e pensam que é um motivo de orgulho para todos que tenham representantes naquilo que é a essência da matriz cultural, gostem as pessoas ou não. -----

A essência da democracia e do respeito pelos outros é isso mesmo, e portanto, quando ouviu esse programa, e até ouviu Vítor Mendes falar, disse que realmente talvez se tenham encontrado alguns protagonistas que consigam defender a essência da festa, a sua cultura e manifestação de um povo que tem direito à sua representação. Esta situação enquadra-se aí mesmo, quanto ao resto, como diria alguém, “é da vida”. -----

O mundo dá muitas voltas, nunca se furtaram à representação da sua terra, concelho e gentes, e esta é uma manifestação disso mesmo. -----

Quanto ao seu companheiro, camarada e amigo, Vítor Silva, é um aficionado, um homem de Alhandra, a toureira, com gosto pela área, e espera que faça um bom trabalho, que ajude ao engrandecimento da festa brava, que é para isso também a função que têm, de ajudar a trabalhar. -----



Depois, numa nota lateral, nunca se promoveu à custa das corridas de touros, houve um debate em que se dizia que os políticos se promovem à conta das corridas de touros, mas aquilo que fez até hoje foi votar a favor das corridas de touros, não fez mais nada, nem quer mais nada. -----

Toda a gente sabe que se algum dia tiver a oportunidade de exercer algum outro cargo qualquer, em que lhe perguntem se é aficionado ou não, é, não tem vergonha de o ser, portanto, a sua opinião é aquela que é. -----

Referiu, a uma interpelação da Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, e para terminar, que nos 40 anos do 25 de Abril a Srª Vereadora não o está a deixar expressar a sua opinião, e até fica preocupado. Contudo, só disse metade, a Srª Vereadora poderá dizer a outra, e o próprio está presente para a ouvir, e agradecer a sua opinião. ----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que gosta muito de ouvir o Sr. Vereador Rui Rei, que até tem o dom de inverter e pôr para outros aquilo que eles não são. O que o Sr. Vereador quis insinuar é que o próprio, ou que a CDU, não defendem a festa. Isso já foi falado várias vezes, mas não está em causa, nem está em causa, como disse, e salvaguardou, pois também sabe quem é, o vereador substituto, Dr. Vítor Silva. Sabe isso tudo, o próprio também é um homem aficionado das festas, e está a par dessas coisas todas. Os membros da CDU defendem isso, e a preocupação que têm não tem nada contra a representação na escola de Toureio José Falcão, e não têm nada, nem contra o Dr. Rui Galhardo, nem contra António José Inácio. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que crê que todos já se entenderam. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que se calhar o Sr. Vereador Rui Rei, noutros tempos, teve várias situações sobre uma associação local, mas agora está tudo bem, está tudo certo, e os membros da CDU, bem como o próprio, como se sabe, defendem e não têm nada contra as pessoas que estão lá, e defendem a situação da festa. -----

O Sr. Vereador Rui Rei tem sempre aquele dom de tentar inverter as situações, e remeter para o facto de ser ele o defensor, e a coligação do mesmo ser a defensora, isso acontece quase todas as reuniões de câmara, e até parece um “bate papo” consigo e com o Sr. Vereador Rui Rei. Não é, mas realmente ele gosta de inverter a situação. -----



O Sr. Vice-Presidente interveio, mencionando que crê que já não vale a pena estar a alongar a conversa, e pede ao Sr. Vereador Rui Pereira, que pediu para falar, uma de duas coisas, ou que prescinda da palavra, ou que seja mesmo muito rápido. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, referindo que a sua intervenção será muito rápida, pois apenas pretende dar uma nota, já que se está a falar da associação da Escola de Toureio José Falcão, uma vez que esteve, na campanha eleitoral para os órgãos autárquicos, numa reunião, na altura, com os diretores, inclusivamente com António José Inácio, e o que gostaria de levantar é outra questão. -----

O que deveria ser realmente discutido, independentemente de se ser mais ou menos aficionado, e o próprio também é, apesar de não ser dos maiores, pois como vila-franquense não podia nascer noutro dia que não fosse num sábado de Colete Encarnado, e não há melhor data, são os problemas da escola. Aquilo que ficou definido, independentemente do que se está a passar ou do que se poderá vir a passar com a escola, são as dificuldades dessa mesma escola, e os custos que ela acarreta. -----

Lembra que é, agora com outras associações envolvidas, da autoria da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, é isso que não se pode esquecer, e será realmente interessante discutir aquilo que se pretende para esta escola. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, passando à votação, neste caso para as três entidades, entidade a entidade, perguntando, para cada uma delas, o sentido de voto. -----

Quanto à Associação da Escola de Toureio José Falcão e à Comissão de Proteção de Menores, disse o Sr. Vereador Aurélio Marques que a CDU vota contra, tendo o Sr. Vice-Presidente dito que fica aprovada a representação do município nessas entidades, com os votos a favor do Partido Socialista e da Coligação Novo Rumo. ----

Relativamente à Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres, respondeu o Sr. Vereador Aurélio Marques que a CDU se abstém, concluindo o Sr. Vice-Presidente que fica aprovada a representação do município, com os votos a favor do Partido Socialista e da Coligação Novo Rumo, e a abstenção da CDU. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, esclarecendo que a declaração de voto que o mesmo disse que faria já foi feita, na sua intervenção. -----



Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, aprovar os representantes do município na Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Assunto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES DOS SMAS –  
EDIFÍCIO SEDE E SECÇÃO DE ATENDIMENTO E CONTRATAÇÃO -----

Presente o processo instruído com deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento em 2014/05/07, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da remessa à assembleia municipal, para autorização prévia do compromisso plurianual, para a contratação da aquisição de serviços de limpeza das instalações do edifício sede e Secção de Atendimento e Contratação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU queriam entender o contexto desta proposta para a emissão de um parecer prévio vinculativo que se quer que seja favorável. Têm o entendimento, de há longa data, que há prestações de serviço que são efetivamente necessárias, que decorrem de exceções na normalidade dos procedimentos de gestão da autarquia, e que por isso mesmo exigem a contratação de serviços externos, que de outra maneira eram realizados pelos recursos internos do município. -----

Outros casos há ainda em que, pela natureza extraordinária das funções ou a sua excecionalidade, haverá que contratar serviços demasiadamente técnicos, que só no exterior se podem encontrar. -----

Parece que não é o caso, que é o da necessidade da câmara municipal constatar que não tem recursos próprios para assegurar uma tarefa de conservação e manutenção das suas próprias instalações, por manifesta incapacidade de recursos internos próprios. -----

Sempre colocaram à câmara municipal que, se se considerar, por uma questão de necessidade legal, por uma necessidade extraordinária ou por manifesta demonstração de que não há recursos humanos para fazer face a uma tarefa imediata, urgente e inadiável, a CDU pondera, em todas as situações, avaliar as necessidades para a contratação de serviços ao exterior. Assim, se essa é a razão de facto, essa razão não se encontra no caso em concreto suficientemente desenvolvida. -----

Depois, não entendem o procedimento adotado no sentido de preferenciar o ajuste direto, até para perceberem, porque não percebem, ou seja, por que é que se dá



preferência à modalidade de ajuste direto quando se está perante uma prestação de serviços que se iniciará em 2014, e pretende-se que termine em 2016, tendo um carácter plurianual. Se a câmara municipal assume que não tem recursos próprios do ponto de vista do seu mapa de pessoal para regularizar esta situação, no mínimo o que se esperaria era uma fundamentação de outro tipo, para se perceber por que razão se faz um procedimento tão simplificado como este, e não se abre a oportunidade para que outras empresas, através de uma modalidade de concurso público, possam aceder em circunstâncias de igual concorrência e oportunidades, para apresentarem a proposta eventualmente mais favorável para os interesses do município de Vila Franca de Xira. -----

O Sr. Vereador António Oliveira tomou a palavra, na qualidade de presidente do conselho de administração dos SMAS, dizendo que pouco mais irá acrescentar, além do que está fundamentado na documentação, pese embora ter tido a preocupação de fazer a consulta às atas das reuniões e assembleia municipais, tanto das alocações de quem defendia as propostas na altura, o vereador responsável, assim como os elementos que o entenderam questionar. -----

Sublinha, dos vários documentos que leu, que os SMAS têm esta prática, de há vários anos a esta parte, pelo facto de não terem recursos humanos suficientes e estarem impedidos, face à legislação vigente, de recrutarem esses recursos para exercerem esta e outras atividades. Desta forma, é opção dos SMAS requerer este trabalho. -----

Para além disso, efetivamente está na documentação que foi distribuída aos Srs. Vereadores que a 16 de abril, cumprindo a legislação em vigor, os SMAS fizeram a consulta à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, o INA, que informou que não existem trabalhadores para a situação da requalificação com o perfil identificado. Houve essa preocupação, e cumprindo-se toda a legislação vigente, para este procedimento. -----

Sabendo o desenho que está na execução desta tarefa, que é em horário pós-laboral dos serviços dos SMAS, e sabendo que também não havia quadro para trabalhar nesse período, mais não se fez do que neste momento estar a repetir as propostas que tanto já vêm à câmara municipal, como à assembleia municipal, pensa que nos últimos 5 anos. -----


No entanto, não deixa de concordar com o Sr. Vereador Nuno Libório, mas embora sendo um ajuste direto, estão incluídas 3 empresas, provavelmente poderiam estar incluídas mais 2, e seriam 5, tendo já existido uma preocupação da administração de não haver um ajuste direto para uma única empresa. A preocupação dos serviços foi alargar a 3, dando já de si esta questão, de não haver uma situação privilegiada no tratamento deste procedimento.-----

Portanto, não é nada de novo, está devidamente justificado, cumpriu-se a legislação com a inclusão, nova, a consulta ao INA e respetiva resposta, e nada mais tem a dizer. -----

Tomou de novo a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que a consulta ao INA é obrigatória, nos termos de uma portaria que, ainda por cima, veio condicionar a esfera da atuação administrativa deste e de todos os municípios, pelo que aquilo que a câmara municipal realizou, através dos SMAS, decorre de uma circunstância nova imposta ao poder local democrático. Não há nenhuma vantagem do ponto de vista do que foi feito por parte deste município em relação aos demais, decorre do cumprimento restrito da lei, e sobre o INA é o que se impõe justificar.-----

Sobre a questão da contratação do serviço propriamente dita, e da impossibilidade de todo de contratar recursos humanos ao abrigo dos fortes constrangimentos impostos pelo atual Governo, não é verdade que não se possam contratar recursos humanos. Sabem que há fortes condicionamentos, e a prova disso é que em quase todas as câmaras municipais, nos atos de pessoal, e praticados sobre essas matérias, dão-se conta de listagens de homologação de concursos e da contratação de recursos humanos. -----

Reconhecem, no entanto, que há fortes limitações e demasiado exigentes condicionamentos à contratação de pessoal, mas não se pode aferir, muito menos concluir, que se está proibido de fazer essas contratações. Aquilo que sempre disseram sobre estas matérias é que a câmara municipal, do ponto de vista político, deve ter uma noção muito mais rigorosa do que a que hoje tem sobre as suas necessidades de recursos humanos, e fazer prioridades, que é aquilo que assistem que não tem vindo a fazer, infelizmente, o que se aplica também ao sistema municipalizado de águas e saneamento.-----



Relativamente ao procedimento propriamente dito, não está em causa, nem se pode concluir da intervenção inicial dos membros da CDU, que fazem a acusação de que a câmara municipal está a privilegiar uma empresa em detrimento de outras. Não foi o que disseram, e se alguém entendeu isso, podem então para reforçar aquilo que disseram inicialmente, o que querem dizer é que se obrigatoriamente, face a todas estes condicionamentos, a câmara municipal, através dos SMAS, não tem outra via que não seja a contratação de serviços, através de uma prestação de serviços, o que tem de fazer, porque se trata de um compromisso plurianual, não é para fazer uma tarefa de manutenção de instalações por 6 meses, 6 semanas ou 6 dias, é para durar desde 2014 até 2016, é assumir como encargo obrigatório a abertura de um concurso público, para que, até do ponto de vista da concorrência, pudesse estar habilitada a escolher a empresa prestadora de serviços que oferecesse a melhor proposta, que não é só económica, mas do ponto de vista da sua capacidade de realização para as necessidades do município. -----

É isso que não está a acontecer, pelo que, face a esta incapacidade de gestão política da câmara municipal, através dos SMAS, a CDU não tem outra alternativa que não seja abster-se, e os seus membros deixam a seguinte nota, para finalizar: doravante passarão a ter ainda mais cuidado na apreciação política que têm vindo a fazer sobre este tipo de contratos. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, mencionando que se trata, de facto, da opinião da CDU, que não coincide com a dos membros do PS, que têm a noção exata das possibilidades de contratação que a câmara municipal tem, e aliás já falaram sobre isso no período antes da ordem do dia, não valendo a pena aprofundar neste momento. -----

O Sr. Vereador António Oliveira interveio, dizendo que o Sr. Vice-Presidente adivinhou o que o próprio ia falar neste momento para sublinhar a última intervenção do Sr. Vereador Nuno Libório. São questões de gestão, a CDU tem as suas opções, que o PS respeita, mas o PS tem as suas, e como o Sr. Vice-Presidente disse, nada mais há a dizer sobre este assunto. -----

Por fim, em consciência, não ficava tranquilo, e principalmente o Sr. Vereador Nuno Libório, que conforme o próprio conhece, também o Sr. Vereador conhece o próprio





Fl. Ata 066

Reunião de 2014/05/14

Proc<sup>o</sup>

Deliberação nº

há muitos anos, sem dizer que estranha, porque em leitura, como começou por dizer, de todas as atas da assembleia municipal e da câmara municipal sobre este assunto, quando tem vindo, a CDU votou a favor.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, mencionando que o Partido Socialista agradece toda a atenção que a CDU possa dispensar a todos os pontos que vêm à reunião de câmara, o que aliás já dizia a anterior presidente no mandato passado, e repete-o agora, pois toda a atenção por parte da oposição a todos os pontos que são presentes à reunião de câmara é da maior utilidade para o município, e para o PS muito em particular. -----

Assim sendo, considera-se o ponto aprovado, com a abstenção da CDU. -----

Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, aprovar a remessa à assembleia municipal, para autorização prévia do compromisso plurianual, para a contratação da aquisição de serviços de limpeza das instalações do edifício sede e Secção de Atendimento e Contratação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. -----



Deliberação nº \_\_\_\_\_

alteração ordem dia



1. Assunto: RECEÇÃO DEFINITIVA TÁCITA E LIBERTAÇÃO DAS GARANTIAS BANCÁRIAS DA EMPREITADA DA 2ª FASE DE PAVIMENTAÇÃO DA AUGI QUINTA DA COUTADA - VILA FRANCA DE XIRA-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 38/14, de 30/04, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto de receção definitiva tácita da empreitada da 2ª fase de pavimentação da AUGI Quinta da Coutada, em Vila Franca de Xira, adjudicada ao Consórcio Paviconsul/Vidupe. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 38/14, de 30/04, do DGUPRU/DF, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU entendem que o ponto não está em condições de ser sequer apreciado, e não estão a querer perceber quem foi o culpado, e quem se esqueceu. Para os membros da CDU, neste momento, é o que menos importa, a responsabilidade é do município, e foi o município que, por negligência política, que é assim que sempre entenderam estas coisas, não reconheceu a importância de rececionar obras, mesmo tendo presente que já estavam construídas, ou não fosse esta área urbana de génese ilegal uma das maiores, até em termos de expressão de área do concelho, o que os deixa ainda mais surpreendidos com este esquecimento. -----  
Portanto, a primeira coisa que entendem que deve acontecer é um levantamento da situação, para perceberem quais são as consequências que decorrem pelo facto de se ter negligenciado a receção administrativa destas infraestruturas, tendo desde já presente que há eventuais anomalias ou situações de obra que não

A

podem ser, do ponto de vista da responsabilidade, imputadas a quem as executou, por negligência da administração política da câmara municipal. -----

Desta forma, a primeira nota é a de que gostariam de ter acesso a esse levantamento, para perceberem a dimensão da situação em concreto, e depois disso estarão presentes para avaliarem e ponderarem o sentido de voto. -----

Contudo, só não erra quem não faz nada, e não têm complexos de natureza alguma com essas matérias, mas parece-lhes difícil, para não dizer mesmo impossível, estarem hoje em condições de aprovar a receção desta obra, não tendo sequer a noção do que estão a tratar. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, mencionando que esta é uma situação semelhante àquela que aconteceu em Vialonga, há cerca de 1 ano, em que também houve uma tentativa de receber aquela obra anos depois, mas tinha algumas diferenças. A primeira é que as obras de urbanização estavam fechadas, se não está enganado, e a segunda é que existia ainda o empreiteiro que as terá feito, e neste caso, aparentemente, o empreiteiro faliu ou algo do género. -----

Essas são as diferenças, e à época, efetivamente, os membros da Coligação Novo rumo não tinham analisado a questão do ponto 8, do artigo 394º, do Código dos Contratos Públicos, que o próprio desconhecia, mas que obriga a câmara municipal a ter uma organização que controle efetivamente as obras que lançou ao longo destes anos. -----

O que diz este artigo é que a câmara municipal, ou outras, ao fim do tempo para fazer a receção definitiva da obra, se não efetuar os passos que tem de fazer, de convocar o empreiteiro ou o empreiteiro não denunciar isso, se a obra foi colocada ao serviço dos fins previstos aquando da sua execução, recebe-a tacitamente. Não sabe, ao ser tacitamente recebida, quais são os mecanismos que têm de ser feitos, e os membros da Coligação Novo Rumo têm dificuldades em votar a favor desta proposta que está hoje presente, até porque carecia de uma avaliação, para se perceberem as consequências deste facto. -----

A câmara municipal, nomeadamente o Departamento de Obras, Viaturas e Infraestruturas, tem de verificar os seus processos de controlo, porque não pode ser surpreendida com esta situação, sendo que em todas as obras, se está a ter o entendimento correto, de acordo com o que o jurista da câmara municipal faz



neste documento, se não tiver feito a receção definitiva e as obras estiverem ao serviço para o qual foram contratadas, construção de um edifício, como a biblioteca, ou como o silo automóvel, na Póvoa de Santa Iria, entendendo-se como a parte pública da questão, o tempo começa a contar, e receba-as ou não, passados 5 ou 10 anos há a receção tácita do processo, e a câmara municipal não pode imputar nenhuma responsabilidade ao empreiteiro, ou a quem executou as obras.-----

Desta forma, é preciso verificar, e que os serviços façam uma avaliação de todas as obras que foram executadas ao longo deste período, e que não foram efetivamente recebidas, bem como que se controle e veja, a partir de agora, qual é o processo, porque é uma coisa recorrente. Está a falar de situações que são recorrentes, acontecem com regularidade, e não podem acontecer, pelo que o mecanismo de controlo tem de ser reavaliado, e tem que se verificar qual é a ferramenta que a câmara municipal está a usar, que deve dar os alertas aos técnicos responsáveis, que os recebam passados 5 anos dessa matéria.-----

Para além disso, deveria haver mais do que um ponto de controlo, quer no departamento, quer eventualmente no departamento financeiro, que é quem a seguir tem de libertar a garantia bancária. Portanto, tem de haver, até porque a governança manda isso mesmo, vários pontos de controlo.-----

Esta deveria ser uma lição, e os membros da Coligação Novo Rumo não estão em condições de votar o ponto, até porque entendem que deve ser reavaliado, e o processo deveria vir também com uma avaliação da área, para perceberem o que é que a mesma tem neste momento, se há lá problemas que possam ou deveriam ter sido imputados ao empreiteiro, ou não, porque há coisas que são fruto do normal andamento. Findo esse processo é que estarão em condições de votar, mas nessa altura deveria vir acompanhado de medidas mitigadoras destes problemas, que é: com base nas ferramentas que a câmara municipal tem neste momento, consegue ou não controlar as garantias da obra, quer em termos financeiros, quer em termos de obra?-----

Há mecanismos de alerta para isso ou não? Na parte da gestão financeira recebe-se o dia do pagamento da última fatura, e inserem-se, eventualmente, ou estão os dados da receção provisória? Há o pagamento das faturas, a partir dali conta o



prazo, e se estiver programado para que uns meses antes do prazo se notifique, dizendo-se que se vai ter de devolver a garantia bancária, mesmo que falhe de um sítio, alguém vai desencadear os processos internos, e dizer “atenção, que temos de realizar este processo”. -----

O processo deveria ser tratado desta forma, para que se conseguissem mitigar no futuro estes erros, porque se não houver nenhuma ferramenta, objetivamente, com o volume de obras feito nos últimos anos, umas maiores, outras menores, é difícil gerir. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que as questões que os Srs. Vereadores levantaram são muito pertinentes, entretanto já consultou o diretor do departamento da área do urbanismo, e nesse caso retira-se o ponto, far-se-á o tal levantamento e, sobretudo, preparar-se-á um funcionamento em fluxograma do que possa vir a surgir, de modo a que os diversos departamentos envolvidos neste processo possam ter as tais “luzes amarelas” ou “luzes encarnadas”, que vão chamando à atenção para a decorrência dos prazos. Provavelmente, tendo em conta a dimensão do que se conversou, convinha verificar o ponto da situação. -----

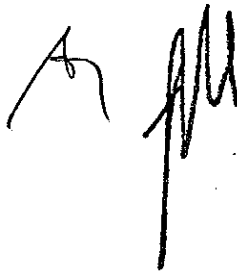
Assim, se todos estiverem de acordo, retira-se então o ponto, e o diretor do departamento ficará de fazer este levantamento, recorrendo, naturalmente, quer aos serviços contabilísticos, quer ao Departamento de Obras, Viaturas e Infraestruturas, tendo em conta o elevado volume de obras feito nos últimos anos, estando agora os prazos a decorrer. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

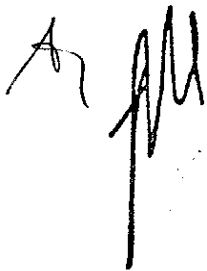


1. Assunto: EXECUÇÃO DO PARQUE URBANO DA QUINTA DA FLAMENGA – FASE 4A – VIALONGA – ADJUDICAÇÃO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 610/14, de 02/05, do DOVI/DOVI, para aprovação, de acordo com o relatório final do júri do procedimento, da adjudicação à SCAMPIA – Engenharia, Lda, pelo valor de 224 561,16€, acrescido de IVA, sendo o prazo de execução de 150 dias, da empreitada de execução do Parque Urbano da Quinta da Flamengo – Fase 4A, em Vialonga.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 610/14, de 02/05, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo não tem nada a acrescentar, com a exceção de questionarem quando é que depois se lançará o prolongamento do caminho. -----  
Respondeu o Sr. Vice-Presidente que o prolongamento será feito logo de seguida. --  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: AMPLIAÇÃO DO TALHÃO R DO CEMITÉRIO DE VILA FRANCA DE XIRA – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 620/14, de 02/05, do DOVI/DOVI, para aprovação do plano de segurança e saúde referente à obra de ampliação do talhão R do cemitério de Vila Franca de Xira, adjudicada à Construções Pragosa, SA. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 620/14, de 02/05, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, referindo que quando lhe toca a si a possibilidade de estar presente nas reuniões, obviamente, como já bastas vezes se ouviu, há coisas, a título pessoal, em que está mais dentro do assunto.-----  
Como já algumas vezes o ouviram falar, há que haver rigor naquilo que é enviado aos políticos para validarem, e na receção dos trabalhos, quando se contratam serviços externos. -----  
Já se falou de controlo interno e, definitivamente, quando se consultam os anexos da informação deste ponto, e se verifica aquilo que é a obrigação, enquanto dono de obra, de mandar executar e fazer o plano de segurança e saúde, ainda na fase de projeto, pensa que é de lamentar que se rececione, nem que seja de borla, e não sabe se foi ou não, ou se foi oferta do engenheiro que o realizou, sem haver uma crítica. Não interessa o nome da pessoa, mas não deixa de ressaltar que não é um engenheiro qualquer, está a falar de um senhor que, para além de ser engenheiro civil, é também especialista em segurança, higiene e saúde no trabalho, é mestre em higiene e segurança no trabalho, e ainda é técnico superior





de segurança e higiene no trabalho. -----

Lamenta que uma pessoa com tanta qualificação remeta um plano de segurança e saúde na fase de projeto onde consta legislação revogada há anos, o envio de documentação obrigatória para entidade, como o IDICT, que está extinto há anos, que diga que se pressupõe que a obra irá decorrer entre outubro de 2001 e dezembro de 2002, ou que diga que o envio da comunicação prévia, e neste caso não será ao IDICT, à Inspeção do Trabalho, como consta, irá ser feito a 23 de março de 2004. -----

São pormenores, e já disse que muita da legislação que vem apenas está revogada por nova, mas lamenta que não tenha havido, da parte dos serviços municipais, uma crítica na receção deste documento.-----

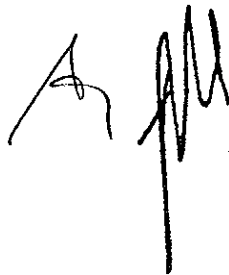
Mesmo oferecido, era caro, pois está cheio de erros, e é somente esta a crítica que deixa. Gostaria, de alguma forma, de perceber, e pensa que se terá de criar algum mecanismo de controlo interno, para que não se aceite trabalho mal feito. -----

Quanto ao resto, dentro daquilo que avaliou, pensa que os membros da CDU estão aptos a aprovar este plano, só lamenta é que se tenha chegado a este ponto, porque é um documento que é obrigatório estar nos concursos públicos, faz parte dos documentos exigidos obrigatoriamente, e deve haver decência, de quem o faz, e também um pouco de controlo de quem o receciona, para não se estar a pôr na documentação algo que está cheio de erros. É inadmissível, se calhar foi pago, mas dado se calhar é caro.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador Rui Pereira deveria vir as todas as reuniões de câmara, porque ajudava bastante, uma vez que é especialista na matéria, sendo que estas chamadas de atenção são importantes para a melhoria do trabalho.-----

Crê que o Sr. Vereador responsável e a Engª Rosário Ferrão tomaram boa conta do que foi referido, e por isso aquilo que pede, principalmente à Engª Rosário Ferrão, é que não estejam todos, noutra ocasião, confrontados com este tipo de situações, na medida em que são absolutamente desnecessárias.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



Assunto: INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE SOBRE A VISITA À ITALAGRO –  
CASTANHEIRA DO RIBATEJO-----

Interveio o Sr. Presidente, pedindo desculpa pelo atraso no seu regresso, mas não conseguiu evitar sair mais cedo, uma vez que era descortês, apesar da Srª Ministra ainda continuar a visita à empresa Italagro.-----

Trouxe algumas embalagens de ketchup, resultante de um protocolo assinado entre a Italagro e a McDonald's portuguesa, em que todo o ketchup que vai ser consumido em Portugal será produzido na Italagro, e neste ano de 2014 vai ser uma produção de 1 000 toneladas de tomate transformado neste produto, o que é uma boa notícia. Por um lado, vai permitir garantir trabalho em termos de produção aos agricultores da Lezíria, e por outro vai necessariamente acontecer a expansão da empresa, em termos de instalações, contribuindo para mais postos de trabalho. -----

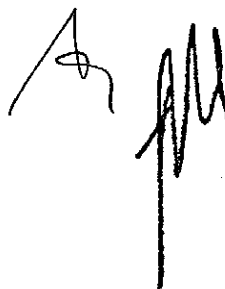
Assim, pensa que foi uma manhã muito interessante para o concelho. -----

O Sr. Vereador Rui Rei tomou a palavra, referindo que vai refazer o que já disse, promete não falar os 5 minutos, para que o seu amigo, Sr. Vereador Aurélio Marques, não faça a defesa da honra, e apenas diz que, além de ser aficionado, a próxima vez que for comer ao McDonald's já põe Ketchup. -----

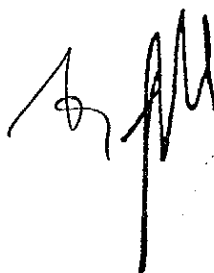
Prosseguiu o Sr. Presidente, mencionando que as embalagens, em termos do acondicionamento do tomate, antes de ser produzido, são feitas na Greif, na Póvoa de Santa Iria, pelo que há um conjunto de fatores bastante interessante em termos económicos e sociais para o concelho. -----

De seguida, deu continuidade à ordem de trabalhos, referindo que as questões levantadas sobre o ponto 8 da ordem do dia serão esclarecidas no final da reunião, bem como a discussão do ponto 5. -----

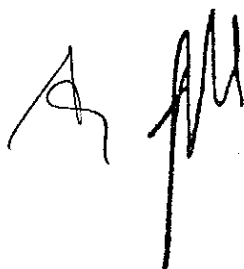
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: EXECUÇÃO DA PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL DO FORTE DA CASA – AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 627/14, de 05/05, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria e receção provisória parcial, datado de 2014/04/30, referente à empreitada de execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa, adjudicada à Oliveiras, Engenharia e Construção, SA, com a cedência da posição contratual à Cordivias – Engenharia, Lda. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 627/14, de 05/05, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo questionam por que é que têm de fazer de novo esta receção parcial, se ainda faltam executar trabalhos. Se ainda há trabalhos por executar, qual é a razão que leva a fazer, neste momento, esta receção? -----  
Respondeu o Sr. Presidente que crê que é aquilo que a lei permite, de qualquer modo solicita o esclarecimento ao Sr. Vereador António Oliveira.-----  
O Sr. Vereador António Oliveira interveio, esclarecendo que esta situação decorre das participações do QREN, pois tem que se apresentar, até ao final de abril, o documento para constar no processo administrativo, a nível da candidatura. É essa a razão de ter que se fazer a receção, pese embora o Sr. Vereador mencionar, e muito bem, todas as questões que ainda se encontram pendentes. -----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----  
-----



1. Assunto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA EXPLORAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE UTILIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO – ANO 2014 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 611/14, de 06/05, do DOVI/DOVI, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de aquisição de serviços de técnico responsável pela exploração das instalações de utilização de energia elétrica do município para o ano de 2014, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei.-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 611/14, de 06/05, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----  
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que a sua questão é muito simples, e dizendo que a CDU, antes de definir qual poderá ser o seu sentido de voto em relação a este ponto, que visa uma prestação de serviços, que mais não é do que se contratar no exterior um técnico responsável pela exploração e manutenção das instalações que carecem de utilização de energia elétrica propriedade do município, gostaria de perguntar, em primeiro lugar, como é que até então o município tem satisfeito esta necessidade. -----  
Respondeu o Sr. Presidente que esta prestação de serviços já aconteceu em anos anteriores, no ano anterior foi garantida através de um técnico da câmara municipal, mas, manifestamente, com uma exigência bastante grande da parte deste, na medida em que tem muitas outras tarefas distribuídas. Assim, só contratando um engenheiro eletrotécnico para este efeito é que se conseguiria suprir a necessidade desta prestação de serviços.-----



O Sr. Vereador António Oliveira interveio, mencionando que basicamente é o que o Sr. Presidente acabou de dizer, mas a Eng<sup>a</sup> Rosário Ferrão, se assim for entendido, poderá reforçar. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU não têm motivos para duvidar da informação, longe disso, mas questionam se está esgotada a hipótese de contratar alguém. -----

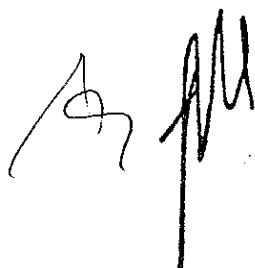
Esteve-se, durante a ausência do Sr. Presidente, a continuar a discutir as questões de necessidade de pessoal, e sabem que a câmara municipal, seja ela qual for, estando fortemente condicionada para a contratação de pessoal, ainda assim pode contratar algum, e, portanto, a pergunta que fazem é muito simples: Estão esgotadas todas as hipóteses, por via interna, ou de contratação, de um recurso a afetar permanentemente no serviço? É “obrigatória” a contratação ao exterior deste serviço? -----

Deve-se notar o valor de que se está a falar, 23 000,00€, mais IVA, com prazo de conclusão a 31 de dezembro de 2014, estando-se pois a falar de uma prestação de serviços muito limitada no tempo, de elevado encargo financeiro para o município, e coloca-se já outra questão: E a partir de 31 de dezembro de 2014 como se fará?--

O Sr. Presidente tomou a palavra, mencionando que como o Sr. Vereador disse, e bem, as câmaras municipais, hoje em dia, estão sujeitas a legislação que condiciona bastante a contratação de pessoal, e aquilo que quer dizer é que tem de se gerir, por um lado, cumprindo o que a lei exige, e priorizando aquilo que é mais necessário na gestão interna da câmara municipal.-----

Prioridade das prioridades são cantoneiros, não são engenheiros eletrotécnicos, e nesta gestão de pessoal tem que se priorizar aquilo que é mais necessário. O Sr. Vereador dir-lhe-á que então, em vez de estar a contratar pedreiros, pintores ou outro tipo de trabalhadores que são necessários para fazer algumas intervenções em muitas obras que se desenvolvem e são necessárias no concelho, provavelmente poder-se-ia contratar um engenheiro eletrotécnico, e essa é uma questão de prioridade. -----

Vai-se evoluir, e hoje mesmo tem uma reunião marcada com o novo chefe da Divisão de Recursos Humanos, justamente para verificar qual é a folga que se tem, na medida em que, como o Sr. Vereador sabe, só se pode avançar com concursos



se houver folga para o efeito. Da folga que se tinha, que era de 15 pessoas, já deu instruções para avançar no sentido de abrir concursos e dar seguimento a alguns concursos que já estavam na sua fase final.-----

Portanto, não pode dizer de momento mais que isto, mas se for possível contratar um engenheiro eletrotécnico só para este efeito far-se-á. -----

Esta prestação de serviços tem como missão analisar a eficiência energética dos equipamentos e sugerir soluções para haver uma economia em termos de gasto de energia, de maneira que é uma prestação de serviços que tem também outras componentes associadas.-----

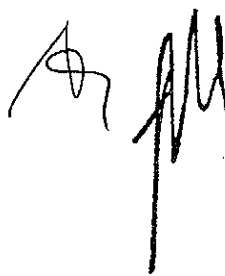
Se houver condições para o ano, ou ainda neste, de abrir concurso para este engenheiro, far-se-á, mas tem que se verificar qual é a prioridade efetiva das necessidades da câmara municipal.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio de novo, dizendo que este procedimento é daqueles que exige que, da parte da entidade contratante e da entidade fornecedora do serviço, exista uma relação de confiança bastante estreita, porque é uma matéria de exigência técnica bastante assinalável, mas volta outra vez à mesma questão, não sabe por que é que a câmara municipal não envereda por outra modalidade concursal, já que é novamente um ajuste direto do regime geral, quando já sabe de antemão que o que mais de certeza irá acontecer após o 31 de dezembro de 2014 é, de duas, uma, ou renovar este contrato, ou abrir um procedimento idêntico ao atual. -----

Faz-se o convite a 4 entidades, está muito bem, duas delas são trabalhadores por conta pessoal ou unipessoal, outras duas supõe que são empresas, mas questiona por que razão não se faz um concurso aberto, em que, estando constatada a imperiosa necessidade de contratação deste serviço, possa funcionar a possibilidade do município optar pela solução económica e técnica mais vantajosa.-

Esta é uma situação que começa a criar aos membros da CDU alguma dificuldade de entendimento, porque trata-se de uma situação que não decorre de nenhum motivo extraordinário, é do conhecimento da gestão política da câmara municipal, e deveria ter uma atenção de outro tipo.-----

Respondeu o Sr. Presidente que dará a palavra ao Sr. Vice-Presidente, para emitir opinião sobre a matéria, sendo que em próximo momento avaliar-se-á qual é o



caminho que mais se ajusta às necessidades da câmara municipal.-----

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referido que, no fundo, gostaria de acrescentar um detalhe, porque a escolha dos procedimentos, que responde a determinações absolutamente legais, tem a ver com a simplicidade de alguns desses procedimentos. -----

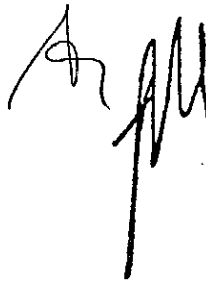
Neste caso, quer quanto aos valores, quer quanto ao tipo de tarefas, a consulta a 3, 4 ou 5 entidades, consoante o caso, assegura o mercado e a concorrência, e a avaliação dos custos, bem como a celeridade em termos de procedimento, uma vez que os concursos públicos, tal como estão definidos, são para montantes ou tipo de prestação de uma natureza muito mais pesada, pois são procedimentos muito mais complexos, e às vezes os resultados nem sequer são positivos. Alguns desses concursos públicos, nomeadamente até internacionais, acabam por trazer, em termos de resposta, algumas empresas que depois não têm nenhuma ligação ao terreno, e não há nenhuma vantagem em optar por concursos dessa natureza face a estas consultas, nem a lei o impõe. -----

Assim sendo, é sempre uma questão de estratégia e organização interna da gestão da câmara municipal. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório tomou a palavra, dizendo que o sentido de voto da CDU é o de abstenção.-----

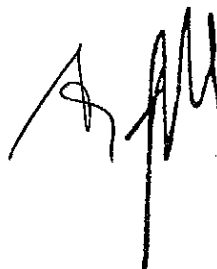
Concluiu o Sr. Presidente que com a abstenção da CDU o ponto é aprovado.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto DESVIO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL DA EMPREITADA DE REGULARIZAÇÃO FLUVIAL DO RIO GRANDE DA PIPA E CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PONTÃO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 628/14, de 06/05, do DOVI/DOVI, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de aquisição de serviços para o desvio da rede de distribuição de gás natural da empreitada de regularização fluvial do rio Grande da Pipa e construção de um novo pontão, na Castanheira do Ribatejo, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 628/14, de 06/05, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que a pergunta dos membros da Coligação Novo Rumo, nesta fase, é muito simples, é saberem por que é que é proposto que seja a câmara municipal a pagar à Lisboagás, quando, no caderno de encargos, estava e está previsto que seja o empreiteiro a suportar o desvio, pois pensam que não tem de ser a câmara municipal a suportar estes custos. -----  
Respondeu o Sr. Presidente que, daquilo que se lembra deste processo, a situação da condução de gás não estava no projeto, porque infelizmente não chegou o cadastro, e ele foi pedido. Como o Sr. Vereador se recordará, porque a matéria veio a reunião mais do que uma vez, houve necessidade, para a obra poder prosseguir, de desviar esta condução, que não estava cadastrada, não se tinha conhecimento dela, e a própria Lisboagás também não se pronunciou na altura própria. -----  
Agora, efetivamente a obra tem que prosseguir, e para se fazer isso tem que se





fazer este desvio, por quem tem certificação e tecnologia para o efeito, e tem necessariamente que ser a Lisboagás. -----

Compreende o que o Sr. Vereador está a dizer, mas há dificuldade em ultrapassar a situação. -----

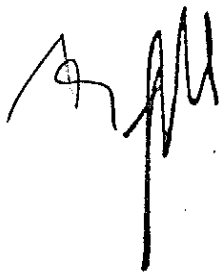
Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, mencionando que efetivamente, sublinhando a exposição que o Sr. Presidente agora fez, e a preocupação apresentada pelo Sr. Vereador Rui Rei, que perante uma dúvida na documentação que foi remetida à câmara municipal foi feito um contacto para a Lisboagás. A câmara municipal não irá pagar duas vezes uma situação, essa é a questão, e como tal colocou a questão, tendo ontem chegado o esclarecimento. -----

Assim, tanto o projeto, considerando a legislação em vigor e o normativo, os acessórios para intervenção em carga existente, a coordenação de segurança em obra e o acompanhamento técnico e encargos financeiros da estrutura, devem única e exclusivamente ser feitos pela Lisboagás, que é a entidade que tem competência para tal. A sua preocupação, neste momento, além da questão técnica, vai mais longe, é a do pagamento, e efetivamente teve essa segurança, de que não seria, de maneira nenhuma, feito em duplicado. -----

A Engª Rosário Ferrão poderá, em complemento, se assim for entendido, reforçar e confirmar aquilo que diz, ou seja, na apresentação da conta final, se isso se verificar, logicamente que terá de haver trabalhos a menos. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, referindo que o caderno de encargos tem isso tudo, incluindo o projeto, o que quer dizer que quem devia estar a fazer este trabalho era o empreiteiro, dando o exemplo do que se passou no rio Crós-Cós, em que foi o empreiteiro, contrariado, que pagou à Lisboagás mais de 100 000,00€, pelo que tem de memória, em desvios de infraestruturas de gás em Alverca. -----

O empreiteiro pode discutir o que quiser, está no seu direito, a legislação permite que discuta e não esteja de acordo, pois vive-se em democracia, num Estado de direito, e pode-se discordar, está perfeito, não o afeta, mas a verdade é que quem avançou com o dinheiro foi o empreiteiro, não foi a câmara municipal que, se depois pagou, pagou mal. Havia uma outra cláusula, em que o empreiteiro dizia que poderia lá caber tudo, e a verdade é que, quando concorreu ao concurso, não chamou à atenção de que sobre aquele conjunto de trabalhos não se

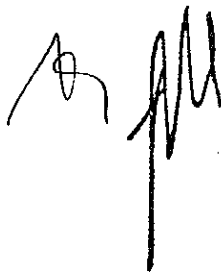


responsabilizava. Ele não disse nada disso, e a lei também é clara nesse aspeto. ----  
Neste caso será assim, por maioria de razão. Esteve a ler o processo, e a engenheira responsável, do seu ponto de vista muito bem, tem um trabalho extraordinário feito sobre o processo inicial da obra, antes da adjudicação, algures em julho ou agosto, onde coloca em cima da mesa tudo o que estava previsto em caderno de encargos e tudo o que não estava previsto. -----

No que diz respeito ao gás, há documentos, da CENOR, que dizem claramente que estavam no âmbito da obra, à mesma empresa a quem a câmara municipal, na reunião anterior, adjudicou trabalhos de acompanhamento do viaduto. É bom que todos se recordem que ainda numa reunião de câmara anterior houve uma alteração ao projeto do viaduto, foi dito que não trazia encargos adicionais para a câmara municipal, e só tem que se somar. -----

Do seu ponto de vista, independentemente da questão, em que está de acordo com o que disse o Sr. Vereador, que no fim poder-se-á avaliar, e o empreiteiro tem sempre o direito de dizer que concorda ou discorda, tem de ser ele a avançar com o dinheiro para a Lisboagás, não pode ser a câmara municipal, e a razão é simples. Se se tiver que discutir em tribunal, discute-se, mas o empreiteiro é que adiantou o dinheiro, não se discute em tribunal com o dinheiro do lado da câmara municipal. Se assim fosse era a câmara municipal que teria de colocar o empreiteiro em tribunal, mas assim é ao contrário, a autarquia não concorda, e o empreiteiro é que terá de a colocar em tribunal. -----

As coisas devem ser colocadas no seu devido lugar, pelo que questiona: Por que “carga de água” a câmara municipal assume uma responsabilidade que não é sua? Pensa que não pode, pois está no caderno de encargos, segundo julga saber, mas pode estar enganado, e não vem nada referido, sendo que o empreiteiro não contestou esta parte do caderno de encargos, e se não o fez tem de se entender com a Lisboagás, e fazer a alteração do trajeto, não pode ser a câmara municipal.-- Quando fala nesta questão não é uma perspetiva de remexer nem de fazer, o que diz é que não pode ser a entidade pública sempre a assumir tudo e mais um “par de botas”. Não pode, o empreiteiro tem de avançar com o dinheiro, e se não concorda, quando houver reuniões e os acertos de contas, coloca a questão em cima da mesa, e diz qual é o valor que tem a receber. -----



Assim sendo, é esta a posição dos membros da Coligação Novo Rumo. -----  
Interveio o Sr. Presidente, solicitando à Engª Rosário Ferrão para esclarecer esta matéria, julgando, no entanto, que se está a falar de uma omissão.-----

A Engª Rosário Ferrão interveio, mencionando que aquilo que pode dizer é que a câmara municipal adjudicou e pagou à CENOR um projeto de requalificação do Rio Grande da Pipa, bem como dum pontão, que será feito para substituir o que hoje existe, que será demolido.-----

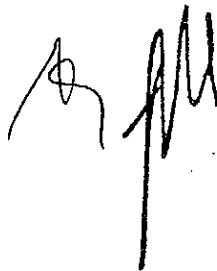
As infraestruturas que estão neste momento nesse pontão que vai ser demolido serão passadas para o pontão novo, e esse trabalho foi concursado no âmbito da empreitada, através do projeto feito pela CENOR, com o mapa de quantidades, para o empreiteiro fazer, e o mesmo vai fazer esse trabalho de execução de uma nova conduta para o gás no pontão novo. -----

Estes trabalhos em concreto têm a ver com a adequação aos dias de hoje do projeto feito pela CENOR, e que se entregou ao empreiteiro, porque se concursou, nomeadamente tendo em conta a legislação em vigor e as normas do gás natural, no âmbito de um licenciamento que tem de ser feito, bem como o desligar da conduta existente e a retirada do gás dentro dessa conduta, o que tem de ser feito pela Lisboagás, para se poder depois fazer o abastecimento através da nova. -----

É isso que está em causa, o acompanhamento e a adequação do projeto que foi para licenciamento. O que se concursou foi o projeto da CENOR, não foi este projeto alterado, que tem de ser alterado, e os custos têm a ver com a presença da Lisboagás, para desligar a conduta que neste momento está em abastecimento, no sentido de retomar depois o abastecimento na nova conduta, que vai ser construída efetivamente pelo empreiteiro.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que crê que não está muito claro o facto de que todos esses trabalhos, que são necessários fazer, obviamente, e que têm de ser feitos pela Lisboagás, não podem ser feitos por outra entidade, são desejavelmente pela Lisboagás, que é quem domina este tipo de trabalhos, não estarem previstos no caderno de encargos.-----

Tendo a Engª Rosário Ferrão afirmado que não estavam previstos, prosseguiu o Sr. Presidente, perguntando se não deveriam estar, ao que a mesma respondeu que se calhar deveriam, mas não estavam, e, não estando, não se podem estar a



imputar ao empreiteiro. -----

Interveio novamente o Sr. Presidente, referindo que se vai construir um novo pontão, tem que se demolir o existente, as infraestruturas que estão no pontão atual têm de ser passadas ou então eliminadas e construídas outras, e depois tem de haver a interligação dessas infraestruturas, pelo que questiona de que é que se está a falar. É da interligação de infraestruturas? -----

Respondeu a Engª Rosário Ferrão que, em primeiro lugar, está-se a falar de um projeto de adequação do projeto existente, de acordo com a legislação agora em vigor e as normas internas da Lisboagás, o que não estava previsto no projeto inicial, bem como o desligar e a retirada do gás da conduta, que depois tem de desaparecer, porque o pontão vai ser demolido. Antes da demolição do pontão tem de ser desativada aquela conduta, e o que se está a falar é do trabalho todo da desativação. -----

Interveio novamente o Sr. Presidente, referindo que então quer dizer que era uma matéria que deveria estar no caderno de encargos, e não está. -----

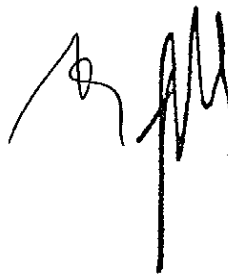
A Engª Rosário Ferrão interveio, dizendo que eventualmente é isso, se se tivesse licenciado este projeto antes do concurso ter ido para a frente. -----

O Sr. Presidente retomou a palavra, mencionando, de outra forma, que este trabalho, se estivesse no caderno de encargos, tinha de ser feito, e estando fora, tem de ser feito. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que considera graves as declarações proferidas pela Engª Rosário Ferrão, diretora do Departamento de Obras, Viaturas e Infraestruturas - DOVI, e deveriam ser alvo de um processo de averiguações interno, com a consequente abertura de um processo disciplinar, e o próprio é consequente com o que fala, porque o que foi dito é muito grave. -----

Em primeiro lugar, a Lisboagás manda um e-mail à câmara municipal, diz que não é só desviar, há o projeto de execução, e todos os trabalhos são feitos pela Lisboagás, pelo que há coisas que são graves. Se o projeto deveria ter e não tinha, a responsabilidade é de quem? É dos vereadores que estão presentes? -----

Considera que a câmara municipal pagou um projeto, e se veio a metade, a culpa é da CENOR, a quem ainda se estão a pagar trabalhos de acompanhamento da execução da infraestrutura do novo pontão do rio Grande da Pipa. -----



Não se deveria estar a pagar, e o próprio recorda-se bem das reuniões que teve com o então projetista, no rio Crós-Cós, lembrando-se muito bem de uma reunião que teve com ele na Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo, quando foi para poupar à autarquia mais de 100 000,00€ em obras que se desviaram dos edifícios que lá estavam, em que teve de lhe dizer que, ou fazia aquilo, ou a câmara municipal ia “para cima dele” no projeto que tinha feito, que era absolutamente irregular, ilegal e era uma “pouca-vergonha”, pois não batia certo.-----

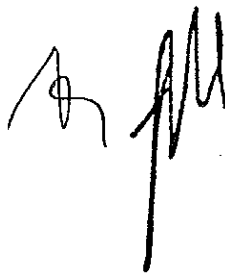
Neste caso, se há um problema de projeto, o projeto é da CENOR, não é da câmara municipal, e a CENOR tem de ser chamada à responsabilidade, mas não é o caso, pois está previsto no caderno de encargos o projeto. Está lá previsto, e questiona se cabe na cabeça de alguém mandar fazer um projeto para ter infraestruturas de gás, sem gás. Alguém pensa que se manda fazer um projeto para ter gás em casa, sem ter a ligação de gás? Alguém pensa que se vai a um stand, compra-se um carro, e não tem rodas? -----

Os membros da coligação Novo Rumo não vão votar esta situação, mas a câmara municipal pode fazer o que entender. No entendimento que têm estava previsto no caderno de encargos, e a última entidade que deveria estar a dizer que não estava previsto em caderno de encargos era a câmara municipal. Aliás, é o que é dito no documento, que está previsto, e se a Lisboagás diz outras coisas, é um problema em que a mesma tem de se entender com o empreiteiro, não é a câmara municipal, que não tem nada a ver com o assunto.-----

A autarquia entregou uma obra, e uma obra completa, não é por metades, e o DOVI verificou antes, porque existem documentos, o que está incluído, o que não está e deveria estar incluído, e há erros do projeto que devem ser imputados à CENOR.-----

Houve uma reunião, feita na sala onde se encontram, com o projetista da CENOR e não se recorda com mais quem, que foram responsáveis por algum dos problemas que a câmara municipal está ou esteve a passar no âmbito das expropriações, pelo que considera que há matéria mais do que suficiente para imputar responsáveis, e não estar permanentemente a assumir responsabilidades que, com o devido respeito, não são da câmara municipal.-----

Assim, não estão de acordo com esta posição. -----



Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, para colocar uma dúvida que lhe ficou, até no decorrer da discussão. O que ficou da intervenção da diretora do departamento é outra situação que também se lhe afigura estranha. Para que serve o projeto que se pagou? Depois, qual é o projeto que prevê a demolição de uma infraestrutura, um pontão, e construção de outra, que não contempla a reposição? Pensa que qualquer que seja o projeto e que fosse a legislação em vigor à altura, que hoje esteja diferente, e admite que esteja, contemplar o desligamento da atual infraestrutura, que é fechar as torneiras em determinados pontos, que depois serão mais tarde religados, com certeza que tanto o seria na altura, como agora, ao abrigo de nova legislação e novas regras da Lisboaagás. -----

A dúvida que se coloca aos membros da CDU, e de acordo até com as palavras da Coligação Novo Rumo, é para que serviu então o projeto que já se pagou, e que estava dentro do contrato da empreitada. Será que se vai pagar duas vezes o mesmo trabalho, ou mais do que duas vezes? É isso que é preciso esclarecer, e tanto lhe faz que a câmara municipal pague a jusante ou a montante, não pode é pagar nos dois campos. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório tomou a palavra, pretendendo dar uma nota, que não tem nada a ver com esta discussão técnica, tem a ver com o facto de, sem prejuízo dos membros da CDU continuarem a perceber o que se passa, e também têm direito a ter as dúvidas que têm, e reconhecendo que há legitimidade para terem dúvidas sobre estas matérias, há um responsável político, que é o proponente desta proposta, o Sr. Vereador António Oliveira, mas que poderia ser qualquer um dos que estão presentes. -----

Assim sendo, solicita que se possa fazer uma discussão fundamentalmente política sobre estas matérias, e que politicamente se assumam aquelas que são as responsabilidades do órgão executivo, pois é bastante confrangedor para todos assistir a discussões de tentar confrontar opiniões técnicas dos eleitos para com os serviços da própria câmara municipal, sem prejuízo das opiniões críticas dos membros da CDU, que também já as tiveram e expressaram neste mesmo órgão. -- Fazem pois um apelo para que se centre a discussão do ponto de vista da responsabilidade política, e dos proponentes que fazem as propostas que estão para deliberação da própria câmara municipal, pois têm dificuldade em aceitar,



independentemente dos juízos que possam ter, e têm, sobre todas as áreas de atividade do município, centrarem-se numa discussão entre eleitos e câmara municipal, envolvendo diretamente trabalhadores do município. O que diz não se dirige a nenhum trabalhador em particular, é um princípio abstrato, que sempre mantiveram e querem reforçar.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que os membros da CDU manifestaram uma opinião com a qual o próprio não concorda totalmente, na medida em que os políticos, muitas das vezes, propõem à câmara municipal, fundamentados em propostas técnicas e jurídicas que lhes são apresentadas, e não têm dúvidas nenhuma em não acreditar na validade e qualidade do trabalho que é apresentado. -----

Têm obrigação, naturalmente, de ler, e de perguntar, se houver dúvidas, por algum esclarecimento que seja necessário, mas é um trabalho técnico, no que diz respeito eminentemente às matérias de que se está a falar, que também tem uma componente política, porque é um político que propõe à câmara municipal.-----

Tendo começado uma troca de palavras entre as duas bancadas da oposição, prosseguiu, dizendo que os Srs. Vereadores não querem refletir sobre a matéria de uma forma tranquila e rigorosa, e por isso retira o ponto. -----

Tem de haver respeito mútuo, cada um tem direito à sua opinião, os membros da CDU têm uma, a Coligação Novo Rumo tem outra, o Partido Socialista tem outra, ou é convergente com alguma delas, e é por isso que estão presentes, mas não tem que se estar neste tipo de discussão, que não leva ou constitui nada, nem contribui para coisa nenhuma. -----

Desta forma, o ponto é retirado, e voltar-se-á em próximo momento, eventualmente com outros esclarecimentos. -----

O executivo tem o máximo respeito pelos técnicos que trabalham com a câmara municipal, é com eles que trabalha e é com eles que apresenta propostas, porque está convicto que as propostas que apresentam são de qualidade e rigor. -----

Contudo, ninguém está isento de erros, e por isso mesmo, se há matérias que, de facto, suscitam alguma dúvida, estarão todos presentes para conversarem, mas com o rigor e a tranquilidade que são necessários na abordagem destas questões.

Terminou, dizendo que o ponto está retirado, e voltar-se-á a conversar em próxima



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 089

Reunião de 2014/05/14

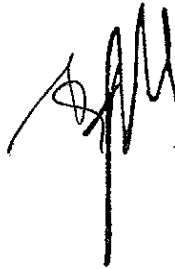
Procº 10/11 DOVSM-EMP

Deliberação nº \_\_\_\_\_

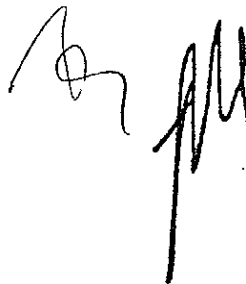
reunião sobre a matéria, agradecendo ainda, sinceramente, que numa próxima oportunidade conversas deste tipo fiquem circunscritas à mesa dos eleitos, e não passem para o outro lado, para não haver dúvidas, nem ninguém ficar, se calhar, injustamente visado. -----

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia.-----






1. Assunto: CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO MULTIUSOS DO CEVADEIRO – VILA FRANCA DE XIRA – CONTA FINAL -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 643/14, de 08/05, do DOVI/DOVI, para aprovação da conta final referente à empreitada da construção do pavilhão multiusos do Cevadeiro, em Vila Franca de Xira, adjudicada à Constructora San José, SA. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 643/14, de 08/05, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo se congratulam com esta receção final, e pensam que é a demonstração de uma obra executada pela câmara municipal, do ponto de vista que têm, como deve ser. O Sr. Presidente agradeceu, apesar de a obra ter algumas incongruências em termos de projeto, mas que são questões que se hão de resolver no futuro. -----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: MERCADO RETALHISTA DE ALHANDRA – ALTERAÇÃO DE TITULARIDADE DOS LUGARES Nºs 33 E 34 -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 78/14, de 15/04, do GMAE/AE, para aprovação da alteração de titularidade dos lugares nºs 33 e 34, do Mercado Retalhista de Alhandra, em nome de Augusto Tiago Lopes para o nome da sua esposa, Lucinda Maria Francisco Cardoso Lopes, por motivos de aposentação. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 78/14, de 15/04, do GMAE/AE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº \_\_\_\_\_

- 15 rel despachos



Reunião de 2014/05/14


Deliberação nº \_\_\_\_\_

Tomado conhecimento.-----



Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº



- 17 pagamentos



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

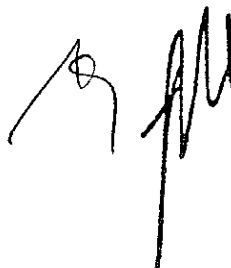
Fl. Ata **095**

Reunião de 2014/05/14



Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

1. Assunto: BALANCETES -----  
-----
2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----  
Câmara Municipal:-----  
Dotações Orçamentais-----18 342 586,60€  
Dotações não Orçamentais----- 2 102 202,87€  
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----  
Dotações Orçamentais----- 3 615 570,82€  
Dotações não Orçamentais----- 714 526,46€  
-----
3. Informações/pareceres:-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----  
-----
6. Propostas: -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - LISTAGEM DE CONTRATOS - FEVEREIRO DE 2014-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 104/14, de 07/05, do DGAFJ/DPFCl, para conhecimento da listagem dos contratos ao abrigo da autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo na celebração ou renovação de contratos de prestações de serviço, referente ao mês de fevereiro.----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 104/14, de 07/05, do DGAFJ/DPFCl, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento.-----  
Interveio a Sr<sup>a</sup> Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo têm duas pequenas dúvidas. -----  
Na listagem aparecem duas despesas associadas a duas empresas, nomeadamente a Alvecabo e a Ariepe, no valor exatamente igual, de 4 033,80€, referente a pequenas reparações, e gostariam que lhes explicassem o porquê do mesmo valor, e mesma finalidade. É um valor, ainda por cima, muito pouco redondo, e gostariam de saber que despesas foram estas em concreto. -----  
Mais à frente, na listagem, aparece uma despesa de 460,00€, relativa ao fornecimento e plantação de duas grevéleas, pela EB Jardins, na av. Dom Vicente Afonso Valente, devido a um acidente de viação, e pretendiam saber se esse acidente foi responsabilidade da câmara municipal, ou se se vai apurar de quem foi a responsabilidade, e se se vão pedir os 460,00€ a quem de direito.-----  
Interveio o Sr. Vice-Presidente, esclarecendo que as árvores em questão foram plantadas na decorrência de um acidente, e o processo encontra-se a decorrer

junto do seguro, no âmbito dos serviços municipais, pelo que se está a fazer a substituição, e, à partida, tentar-se-á que o seguro do condutor venha a suportar este custo. -----

Efetivamente, o processo já se encontra em acompanhamento, por via também da seguradora. -----

O Sr. Vereador António Félix interveio, esclarecendo, quanto aos dois valores iguais, que são obras em contínuo, e foi o mesmo montante que foi decidido. São obras que se vão fazendo ao longo do ano, pequenas obras, não sendo propriamente despesa que já foi feita. Uma delas é para uma área, a outra é para outra área, e foi escolhido o mesmo montante por coincidência, não é despesa feita efetivamente. -----

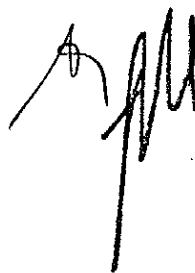
Há mais uma série destas despesas, respeitante a viaturas, em que consta o montante, e corresponde a previsões que se fazem daquilo que vai ser gasto ao longo do ano, o que não quer dizer que o montante vá ser gasto. Poder-se-á gastar mais ou menos, ao longo do ano é que as coisas vão surgindo, e trata-se, de alguma forma, de agilizar os processos, para se poder intervir automaticamente, não tendo que se iniciar um procedimento cada vez que há uma pequena reparação para ser feita. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que se compreende que é um serviço em contínuo, e o curioso da questão é que são dois valores exatamente iguais, e muito pouco redondos, ao que o Sr. Vereador António Félix explicou que se trata de um montante global, a que se aplicou o IVA, resultando num montante exatamente igual. -----

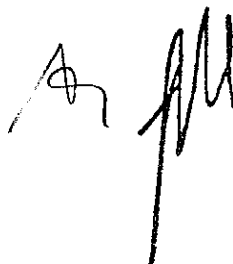
Disse ainda o Sr. Vereador que dará depois conta especificamente de qual é o montante em causa. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E COMPROMISSO PLURIANUAL -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 161/14, de 23/04, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços para elaboração da Carta Educativa do Concelho de Vila Franca de Xira, não se aplicando a redução remuneratória, nos termos da lei, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação prévia do compromisso plurianual. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 161/14, de 23/04, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, dizendo que este é um momento que lhe parece importante, e que já foi reclamado noutras ocasiões, sendo que também considera que chegou o momento de olhar para o território e ver as necessidades da área educativa, e para isso é necessário ter uma outra carta educativa, projetando alguns anos, para se perceber como é que se vai planear o trabalho nessa área. -----  
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que concorda, em pleno, com as afirmações do Sr. Presidente, a carta educativa é de 2006, deveria de ter sido monitorizada há muito, e andou-se num processo em que ora se avança ou recua, ou ora se fazia a carta educativa pelos serviços da câmara municipal. Agora chegou-se à conclusão que seria melhor fazê-la através de uma entidade externa, neste caso o ISCTE, que vai elaborar a nova carta educativa do concelho, e que é necessária, uma vez que a realidade educativa de hoje nada tem a ver com a de



2006, nem sequer com aquela que se perspectivava à época. -----

Porque as decisões políticas são feitas por técnicos, e apoiadas por técnicos, mas a decisão é sempre política, os membros da CDU gostariam de perguntar, pois o ISCTE fará aquilo que a câmara municipal entender, e a decisão que vai tomar acaba também por ter um peso naquilo que a autarquia possa fazer, se vão ser ouvidos os agentes educativos. Gostariam de saber, numa forma muito real, se o ISCTE vai ter essa preocupação, e se a câmara municipal, enquanto entidade responsável a nível político, já fez chegar essa importância, porque por vezes em gabinete tomam-se decisões que nada têm a ver com a realidade. -----

Lembra-se, por exemplo, do caso da construção das escolas, em que daquilo que sabem os agentes educativos não são chamados a opinar em relação aos projetos que são feitos, depois têm deficiências, e se os agentes locais tivessem sido chamados esses erros não aconteceriam. -----

Portanto, esta é a preocupação da bancada da CDU, da decisão política ser baseada numa decisão técnica, que seja verdadeira e correta a nível daquilo que é a realidade. -----

Aproveita ainda para colocar duas questões, tendo a primeira a ver, inclusivamente, com as necessidades que depois surgem, em que na altura dos projetos ninguém se lembrou, designadamente um telheiro na escola da Quinta das Índias. Não há um espaço naquela escola, que é de 2008, onde as crianças se possam abrigar em tempo de chuva ou muito calor, e havia necessidade de construir ali um telheiro. Depois, gostariam de perceber se no âmbito desta carta educativa, tendo em conta a atenção toda que a educação vai ter, já se tem perspectivada uma lista ordenada da retirada das placas de amianto das escolas do concelho. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, começando por responder relativamente à carta educativa, dizendo que efetivamente o que está previsto é que seja um documento muito participado pelo conjunto da comunidade educativa concelhia, tanto por parte dos agrupamentos, como pelos diversos agentes envolvidos no processo. Aliás, ainda ontem houve um seminário, de dia inteiro, promovido pelo Conselho Municipal de Educação, que terminou com uma abordagem relativamente à expectativa da importância da próxima carta educativa, para além



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Atã 100

Reunião de 2014/05/14

Procº 41/14 APRV.AD.RG

Deliberação nº \_\_\_\_\_

da questão da rede, que acaba por estar sempre muito dependente das decisões que os ministérios da educação vão tomando relativamente aos diversos percursos escolares, poder caminhar no sentido da construção de um projeto educativo comum, concelhio, que possa eventualmente ser polinucleado, para que os agrupamentos mantenham a sua autonomia, também pedagógica, e de adaptação às diversas realidades, porque este é um concelho que não é igual a norte e a sul, nas zonas mais rurais e mais urbanas. Portanto, esses são dois elementos fundamentais e fulcrais da carta educativa.-----

A escolha pelo ISCTE tem muito a ver com o facto de a metodologia ser participativa, e haver uma história de participação na construção do documento final, que possa passar muito pelo contato direto com os agentes educativos no terreno.-----

Relativamente às zonas de sombreamento, a câmara municipal tem vindo, no âmbito das diversas obras que desenvolve todos os anos nas interrupções letivas, a instalar zonas de sombreamento em diversas escolas, e efetivamente é uma discussão que se está a ter, para nalguns dos estabelecimentos, e o que a Srª Vereadora referiu não é o único, se poder fazer um reforço de colocação de zonas de sombreamento, que tanto funcionam no verão, em termos de sombra, como no inverno, porque protege da chuva, e pode permitir a utilização do recreio por parte das crianças. -----

Quanto à questão do fibrocimento, a câmara municipal vai avançar este verão, como o Sr. Presidente anunciou publicamente, com a substituição do fibrocimento nos estabelecimentos do 1º ciclo, estando o procedimento a decorrer, e a ideia é conseguir intervencionar 6 estabelecimentos de ensino para este ano, neste verão. -----

Inicialmente tinha-se pensado fazer o resto das alterações, ou seja, são 13 escolas, já se entregou essa lista, e contava-se fazer isso ao longo destes 4 anos, mas em princípio, e está-se a trabalhar nesse sentido, conseguir-se-á fazer tudo no próximo verão. Portanto, a ideia é que do lado da autarquia tudo fique concluído.-----

Relativamente aos 2º e 3º ciclos e secundária, o levantamento também já foi pedido, já foi feito, e o Sr. Presidente também já escreveu ao Sr. Diretor-Geral dos



Deliberação nº \_\_\_\_\_

A. M.

Esclareceu o Sr. Vice-Presidente que o ponto vai ser submetido à assembleia municipal, por se tratar de uma despesa plurianual. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



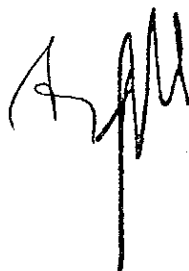
*[Handwritten signature]*

Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Pelas 12h35, após a discussão e votação do ponto 20 da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo com a discussão dos restantes pontos da ordem do dia. -----

publico



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

POSTES DE ALTA TENSÃO – AREIAS DE CIMA - CASTANHEIRA DO RIBATEJO -----

Interveio o munícipe, Sr. José João Pereira, dizendo que vive por detrás da EPAL, na Castanheira do Ribatejo, onde tem uma quinta, juntamente com o seu cunhado, e o processo que o traz à reunião já passou pela câmara municipal quando o Sr. Presidente era vice-presidente. O Sr. Presidente escreveu-lhes qualquer coisa na altura, embora considere que não foi tratado pela câmara municipal com as devidas referências. -----

Não lhe satisfez muito a maneira como foi recebido, porque o Sr. Fernando Palhas, que é seu vizinho, foi tratado doutra maneira pela Srª Presidente, Maria da Luz Rosinha, à data. Contudo, não é esse o caso, não está presente para dizer mal da câmara municipal, porque também não lhe fizeram mal. -----

Prosseguiu, dizendo que teve uma reunião, de que o Sr. Presidente se deve lembrar, por causa dos postes da EDP, onde ainda ninguém entrou, sendo que o próprio era funcionário da EDP, e continua a ser, embora na reforma. -----

Têm 2 postes de 60kw a atravessar a quinta, que já lhe deram um prejuízo enorme, e foi até a EDP que propôs, na pessoa do vice-presidente da REN, a passagem de energia subterrânea, que pensa até que já entrou na estrada que lá está, que é privada. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, perguntando qual é a opinião do munícipe, pois na sua opinião é uma estrada pública, mas os senhores dizem-lhe que não. -----

O munícipe interveio de novo, referindo que já esteve na conservatória, a estrada está anexada à propriedade, e foi alcatroada por eles. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que há dúvidas, na opinião da câmara municipal, mas não é por isso que o munícipe veio à reunião, conhecendo o próprio o processo. -----

Prosseguiu o munícipe, mencionando que já teria tudo feito se não fosse um pedido de indemnização a que pensa ter direito, e que o próprio e o seu cunhado negociaram, mas se calhar o Sr. Presidente não sabe disso. Negociaram com a EDP, na pessoa da Engª Inês, quanto às expropriações, e fizeram negócio, mas depois surgiu uma situação com um diretor, o Engº Sousa, do Porto. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, perguntando qual é a questão em concreto. -----



O munícipe prosseguiu, dizendo que teve uma reunião no dia 27 de março, na Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo, em Alfragide, e o que aconteceu foi que entrou em litígio com o Engº Sousa, que é um “saudosista”. O engenheiro veio-lhe dizer que a EDP tinha licenciamento dos postes, mas o próprio sabe que a EDP tem licenciamento, que tem todos os licenciamentos, que as câmaras municipais também dão aval à EDP e todas essas coisas, e o que respondeu foi que não era esse assunto que tinham lá ido tratar, o que queriam era pôr a energia subterrânea, com o projeto que a EDP lhes tinha mandado, de acordo com o croqui.-----

Contudo, agora a EDP não quer, nem de “borla”, porque há uns tempos chateou-se, porque entraram dentro da sua quinta, e disse-lhes para saírem, porque não estavam ali a fazer nada, sendo que tem lá uma cancela, como podia ter um portão eletrónico.-----

Interveio o Sr. Presidente, perguntando se era a tal cancela.-----

Respondeu o munícipe, dizendo que sim, mencionando ainda que aquilo que esse engenheiro agora quer é que o próprio dê o terreno à câmara municipal, e não tem problema nenhum em pôr a estrada privada, particular, ou seja aquilo que for, mas simplesmente também tem de ter algumas benesses. -----

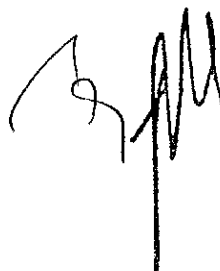
O Sr. Presidente interveio, convidando o munícipe para, no dia 30 deste mês, às 16h00, estar presente na câmara municipal, porque vai ter uma reunião com o Diretor-Geral da Economia, Dr. Ricardo Ilídio, onde esta matéria vai ser conversada, e onde o munícipe terá ocasião de opinar, junto de quem de direito.-----

Aquilo que possa dizer ao munícipe agora não vai resolver grande coisa, e o Sr. José Pereira terá oportunidade de falar, sendo que, quando o mesmo diz que uns têm um tratamento de uma maneira e outros de outra, não é bem assim, porque as pessoas são todas tratadas da mesma forma. -----

Interrompeu o munícipe, dizendo que concorda, mas há pessoas que têm mais peso do que outras.-----

Prosseguiu o Sr. Presidente, mencionando que é a opinião do munícipe, mas pode crer que não é assim, pois tem tanta consideração pelo munícipe, como pelos demais munícipes. -----

Desta forma, convida-o a estar presente na reunião, porque lhe permitirá ser



ouvido, junto da entidade que pode resolver estas matérias, e tentar-se depois encontrar uma solução que vá ao encontro daquilo que pretende. -----

Interveio o munícipe, alertando o Sr. Presidente sobre o que se passa com o Engº Sousa, dizendo ainda que mentiram ao Ministério Público, e até vai hoje mandar um fax ou e-mail para o Ministério Público, ao cuidado do Engº Fernando António ou do diretor-geral.-----

Interveio o Sr. Presidente, pedindo ao munícipe para não fazer nada até ao dia 30, porque tudo o que fizer pode ser benéfico ou prejudicial, o que não se sabe, pelo que se deverá reservar para o dia 30, e de viva voz dirá aquilo que entender. Se aquilo que ouvir não for do seu agrado, então poderá escrever ou reagir como entender, mas neste momento a sugestão é que o munícipe não reaja até dia 30.---

A câmara municipal vai ter duas reuniões, uma que se iniciará às 15h00, que é eminentemente técnica, para informação do que vai acontecer, e outra, mais tarde, onde se vão convidar as pessoas que eventualmente sejam interessadas no processo, e o munícipe aí terá oportunidade de dizer o que entender oportuno. -----

Interveio o munícipe, não deixando de alertar que lhe disseram que poderia doar a estrada, e já se informou com a notária que pode doar, vender, mas não querem, querem é que dê a estrada à câmara municipal, e pensa que não estejam interessados em reparar aquilo. -----

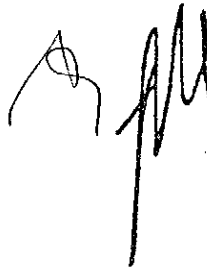
Interveio o Sr. Presidente, mencionando que certamente no dia 30 se encontrará uma solução. -----

Interrompeu o munícipe, dizendo ainda que no Ministério da Economia ainda está alguém do seu lado, porque se não estivesse, o processo já tinha acabado, e sabe-se que está cheio de razão, pelo menos é a sua opinião. -----

O Sr. Presidente tomou a palavra, referindo que provavelmente o munícipe terá razão, mas no dia 30 se verá. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

MURO DE SUPORTE – BOM RETIRO – VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio o munícipe, Sr. António Machado, dizendo que o Sr. Presidente saberá o motivo de estar nesta reunião de câmara, concretamente por causa de um muro de suporte no Bom Retiro, em Vila Franca de Xira, sendo que já falaram sobre o assunto numa reunião, na Escola Reynaldo dos Santos. O Sr. Presidente disse-lhe que passaria pelo local, não passou, mas mandou lá alguém passadas 3 semanas, só que pergunta se a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira não tem técnicos ou engenheiros para ver uma coisa simples, que está mal acabada.-----

Interrompeu o Sr. Presidente, mencionando que estiveram engenheiros no local. ----  
O munícipe interveio, dizendo que se estiveram, não foi à sua porta, pois não viu lá nenhum. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, perguntando se o munícipe está 24 horas à porta.-----  
Respondeu o munícipe que não faz de polícia, não é polícia, mas quem lá foi fazer fotografias não deve saber, e se calhar nem relatório o Sr. Presidente tem. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que se o munícipe lhe deixar explicar, fá-lo-á, estando o munícipe a fazer considerações que provavelmente não correspondem à realidade.-----

Prosseguiu o Sr. António Machado, dizendo que quem tirou as fotografias foi o homem que anda a tapar buracos no chão, portanto, não tem de certeza conhecimentos técnicos de obras. O próprio pode dizer que os tem, apesar de ter só a 4ª classe, tem técnica para saber que aquilo está mal acabado, mal feito, e foi uma obra paga pela câmara municipal. Estão ferros e pregos à vista, não tem uma cerca para os miúdos não saltarem lá para cima, e o problema também é esse. Depois, continua a ser um mijatório atrás, para não dizer outras coisas. As pessoas deixaram de ir atrás da sua janela, felizmente ainda beneficiou com isso, pois agora vão fazer as necessidades atrás do poste. -----

Interveio o Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Vereador António Oliveira para tomar conta do assunto pessoalmente, para ver se se resolve a questão, pedindo também o relatório das tais fotografias que foram tiradas. -----

A Engª Rosário Ferrão interveio, dizendo que na sequência da reunião de câmara que teve lugar na Escola Reynaldo dos Santos o encarregado da autarquia foi ao



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata 107

Reunião de 2014/05/14

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº \_\_\_\_\_

local verificar o que se passava com o muro. O muro foi feito pela EDP, e a câmara municipal reportou a situação à EDP, porque o reboco não está feito, nem o meio-fio por cima do muro, tratando-se de um muro de contenção que a EDP fez para que as terras não viessem para cima do poste. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a informação que se tem é esta. -----

Há processos, há documentos, o munícipe, pelos vistos, está muito bem informado, só que a informação de que a câmara municipal dispõe não corresponde, de qualquer modo reavaliar-se-á a situação. -----

*[Handwritten signature]*

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----  
SUBSTITUIÇÃO DE ECOPONTOS POR ILHAS ECOLÓGICAS – BOM RETIRO – VILA  
FRANCA DE XIRA -----

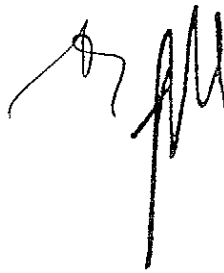
Interveio o munícipe, Sr. António Machado, dizendo que à entrada da rua Maria Lamas, no Bom Retiro, estão 5 contentores de ecopontos, há 2 caixotes de lixo que todas as noites são despejados, e questiona se não haverá possibilidade de fazer ali uma ilha ecológica, para retirar os contentores, que retiram visibilidade aos condutores, pelo menos os que vêm da rua Gil Vicente, para entrar na rua Maria Lamas ou ir para a rua Gil Vicente. Não se vê nada, os automobilistas têm de entrar no centro da via, é muito difícil, e por acaso ainda não houve acidentes. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que agradece que o Sr. Vice-Presidente verifique se este pedido é possível, para revolver esta matéria. Espaço há, e é uma questão de oportunidade financeira. -----

Sobre estas matérias ter-se-á de clarificar muito bem, e os documentos que se assinaram em termos de descentralização de competências definem completamente quem é quem, e quem faz o quê. No que diz respeito a estas questões, dos ecopontos e ilhas ecológicas, é com a câmara municipal, não é com a junta de freguesia, mas há outras matérias que são com a junta de freguesia. Crê que a cultura do “empurra”, provavelmente é capaz de se ir desvanecendo ou terminar, porque cada um tem responsabilidades. Quanto a esta matéria o que diz, claramente, é que é com a câmara municipal, mas há outras em que às vezes se diz que é com a câmara municipal, só que depois não é. -----

Assim sendo, o Sr. Vice-Presidente, que é quem tem responsabilidades nesta área, vai analisar a questão com os serviços. -----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----  
ESPAÇOS EXTERIORES DA URBANIZAÇÃO SOLAR DAS MARINHAS – PÓVOA DE  
SANTA IRIA -----

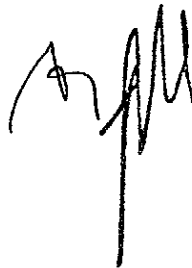
Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo ter um munícipe para falar, que está  
agora nesta função, o Sr. Vereador Rui Rei, que se quiser poderá dizer o que lhe  
aprouver do seu lugar. -----

Interveio o munícipe, Sr. Rui Ribeiro Rei, agradecendo, mas respondendo que não,  
pois pretende fazer a distinção. Já disse várias vezes que normalmente não fala nas  
coisas que lhe dizem respeito, salvo uma ou outra exceção, e acha que não se  
deve fazer, independentemente das conversas que se possam ter sobre o assunto.-  
Aquilo que pretende falar é de uma questão clara, que de vez em quando acontece  
no local onde mora, na Urbanização Solar das Marinhas, na Póvoa de Santa Iria,  
concretamente o espaço verde que a envolve, e falará só de algumas coisas,  
colocando a questão de forma rápida. -----

Em primeiro lugar, foi realizada a poda, no fim do mês de abril, início de maio,  
efetivamente não era a época para o fazer, até porque há um conjunto de plantas  
e arbustos que, se já tinham problemas por força de alguns erros das empresas  
que por ali passaram, agora ficaram em pior estado, porque a época para se fazer  
a poda deveria ter sido outra. -----

Depois, compreende, e é verdade, que a câmara municipal foi forçada a fazer  
algum desbaste, porque há casas no rés do chão em que, por não ter sido feito o  
desbaste ao longo de algum tempo, mais ou menos 2 anos, os arbustos já estavam  
nas varandas. Contudo, mesmo assim era possível, até porque o próprio, um dia,  
passou por lá e falou com a empresa, fazer um semidesbaste naquelas áreas, e ter  
feito um desbaste maior após o verão, já no outono, ou mais à frente, pois há  
técnicos na câmara municipal e fora dela que sabem melhor do que o próprio sobre  
este processo. -----

Uma última questão tem a ver com a reposição dos arbustos e árvores em falta,  
alguns já com anos, que deveriam ser tratados, bem como a relva, porque há  
partes de todos aqueles talhões em que desapareceu. Portanto, como se está  
quase a meio de maio e não há rega, com a exceção daquela que os moradores  
neste momento fazem, que é chegar lá e, de forma manual, abrir as torneiras para



que fique a regar 15 ou 20 minutos cada talhão, e têm que ser, no máximo, dois de cada vez, porque senão não há pressão para o resto.-----

O próprio inclui-se a fazer esse trabalho em 4 ou 5 talhões perto de sua casa, e é preciso resolver o assunto rapidamente, no que diz respeito à energia, à programação da rega e, conseqüentemente, à verificação do material que está em toda aquela área. Gostaria de saber quando se pode fazer isto, porque o tempo está quente, e muita daquela relva e arbustos estão efetivamente a morrer. Quando é que se pode fazer isto? Quando é que se pode limpar a área, nomeadamente junto aos caixotes do lixo, que estão cheios? -----

Era importante que se fizesse esse trabalho, de forma a minimizar este processo, que se aprendesse alguma coisa com o que aconteceu ao longo destes anos, porque é recorrente acontecer, desde a primeira altura em que mudou a responsabilidade, primeiro, do urbanizador para a junta de freguesia, que não tinha condições, e depois para uma empresa que a câmara municipal contratou, e bem, porque o município ou a junta não têm condições para fazer aquela manutenção. --- No futuro todo aquele espaço deveria ser integrado com o espaço da Bolonha, que vai desde a rotunda até aquela zona, para que se pudesse ter um espaço harmonioso e integrado, e não fosse só um espaço mais arranjado na zona do Solar das Marinhas, e menos arranjado na zona da Bolonha. Deveria ser integrado mais ou menos com a mesma arquitetura paisagística, se assim se pode dizer, para que toda a gente estivesse integrada e vivesse em harmonia. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o munícipe Rui Rei trouxe uma série de questões, sobretudo uma que lhe parece pertinente, que é uma interligação de uma coerência paisagística em termos do que ali se passa. -----

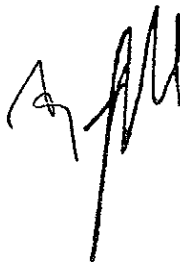
Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, mencionando que efetivamente a câmara municipal desenvolveu, nos últimos 2 meses, uma intervenção mais profunda nas zonas verdes, já na decorrência daquele contrato mais complexo e aprofundado que veio a reunião de câmara, sendo que a poda que foi feita naquela zona em concreto foi nesta altura porque veio permitir uma desinfestação daquela zona verde, que era precisa. Portanto, teve de ser contemporânea das duas ações, para que a parte da desinfestação fosse adequada. -----

Há um problema, que espera fique resolvido muito em breve, com o



Deliberação nº \_\_\_\_\_

É a informação que tem, de qualquer das maneiras ir-se-á averiguar mais em detalhe. \_\_\_\_\_



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

BELLA GUARDA – QUINTA DA GRINJA – VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio o munícipe, Sr. Armando Gonçalves, referindo que vem falar sobre a Quinta da Grinja, em Vila Franca de Xira, onde tem uma casa, e do prédio que é do Banco Popular, onde, como todos sabem, dormem lá algumas pessoas, sendo que não é por lá dormirem que vem falar, vem falar sobre os “infiltrados”.-----

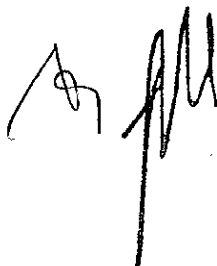
Interrompeu o Sr. Presidente, perguntando se o munícipe está a falar do edifício da Bella Guarda.-----

Prosseguiu o munícipe, respondendo que sim, que vem falar sobre os infiltrados, que são “amigos do alheio”, e que para espetáculo levam lá de vez em quando uma camioneta, com uma balança de madeira, das antigas, e grandes, que colocam no chão, pesam o material e colocam-no depois dentro da camioneta e vão-se embora, pagando a quem devem.-----

A população dali não comunica à polícia, porque tem que se identificar e tem medo de represálias, e julga que se deveria obrigar o banco, ou o proprietário, a fechar aquilo convenientemente, para que ninguém lá entrasse até o assunto estar resolvido, porque é feio. O próprio, assim que tenha oportunidade, promete que tirará fotografias à camioneta e àquele espetáculo, e não é por haver ali alguma coisa, mas está mal, e a câmara municipal deveria lá ir ver, porque é capaz de lá estar algum material seu, e mais não diz.-----

Interveio o Sr. Presidente, agradecendo ao munícipe, dizendo que a última intervenção foi interessante, e é provável, pois de vez em quando há roubos na câmara municipal, que não é imune, e há, por exemplo, tampas de sumidouros e caixas de visita que de vez em quando desaparecem.-----

O Sr. Armando Gonçalves trouxe uma situação que a câmara municipal já conhece, efetivamente muitas daquelas pessoas que lá se abrigam no edifício conhecido por Bella Guarda eram as que saíram dos Jardins do Arroz, e um dia sairão da Bella Guarda e irão para outra Bella Guarda qualquer. Está-se a falar de questões de carácter social muito complexas, às quais a comunidade e a sociedade têm que dar resposta, tendo a câmara municipal, na sua área social, o registo de quem lá está, o relatório social de cada uma dessas pessoas, e tenta encontrar algumas soluções dentro da sua competência. -----



Agora, há matérias que o munícipe colocou que são de ordem policial, e a câmara municipal vai transmitir à Polícia de Segurança Pública as preocupações. Não se vai naturalmente divulgar a pessoa que as colocou, mas vai-se colocar uma preocupação, que é de muita gente e foi transmitida pelo munícipe.-----

O munícipe trouxe uma outra sugestão, que a câmara municipal já colocou à Bolsimo, e vai voltar a insistir, que é o tapamento dos vãos. Provavelmente estarão colocados num dia, e passados 2 ou 3 dias já lá não estarão, mas estas situações não são nada fáceis de resolver. De qualquer modo a Bolsimo tem de tomar conta daquilo que é seu, e neste caso abandonou completamente a propriedade.-----

É o que pode dizer, e ficou curioso de ir a um leilão, para ver se recupera alguma coisa da câmara municipal. -----


Neste momento já foi tomada uma decisão, de não se colocarem mais grelhas de sumidouros em ferro, mas sim em betão, reforçado com vergas. Estão-se a colocar em substituição, quando se roubam colocam-se aquelas, porque as pessoas, em princípio, não devem estar muito interessadas nelas.-----

Efetivamente está-se com um problema grave a nível dos SMAS, de roubos de muitas caixas de visita e muitos sumidouros, o que é uma dificuldade tremenda, e com uma eficácia de trabalho. Já o informaram que são carrinhas com fundo falso, que ficam junto às tampas, depois têm um zingarelho qualquer, em termos pneumáticos, que puxa, e numa noite faz-se uma colheita razoável, e com dificuldades tremendas, porque cada tampa daquelas custa muito dinheiro.-----

Vai-se tentando gerir o melhor que se puder, mas está confiante que as forças de segurança possam ajudar.-----

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----  
COBERTURAS DE AMIANTO NAS ESCOLAS -----

Interveio o munícipe, Sr. José Ramalho, dizendo que tem duas questões para colocar, tendo a primeira a ver com as coberturas de amianto nas escolas. -----  
São 22 as escolas no concelho que têm coberturas de amianto, 9 sob a tutela do ministério, e 13 sob a tutela da autarquia, o que é do conhecimento público, e não é de agora. Agora é um tema quente, pela atualidade, mas é um conhecimento de décadas que o amianto é um ótimo isolante térmico e elétrico, mas tem efeitos nefastos para a saúde, e gostava de saber para quando a remoção do amianto das escolas. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que o Sr. José Ramalho trouxe um assunto que já foi colocado no decorrer da reunião de câmara, e pensa que o munícipe já estaria presente na altura. -----

O Sr. Vice-Presidente depois falará, e a única coisa que acrescenta é que, no que respeita às escolas da competência da câmara municipal, a mesma resolverá. Quanto às que não são da sua competência, o ministério terá de o fazer. -----

Após ter sido interrompido pelo munícipe, prosseguiu, referindo que o Sr. José Ramalho o interrompeu para desabafar o que lhe vai na alma, alguns fizeram coisas fantásticas, outros só fizeram coisas mal feitas, é da vida, mas a história há de se encarregar de verificar isso tudo. Aquilo que interessa enquadrar agora é que há matérias que preocupam, que se vão resolver no quadro das competências da câmara municipal. -----

Quanto às outras, houve reuniões com o diretor-geral da DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, em que este manifestou à câmara municipal interesse em avançar com algumas intervenções nas escolas EB 2,3 e secundárias. Desta forma, tem-se estado em contacto, e está convicto que alguma coisa se irá fazer, tendo em vista que o Dr. Alberto Duarte, quando diz que vai fazer, é porque vai fazer mesmo. Aquilo que não puder, também dirá que não pode, pelo que se ficou numa situação de expectativa, de que algumas intervenções vão evoluir para além das escolas da competência da câmara municipal. -----

Naquilo que respeita à autarquia, ir-se-á tentar, em 2 ou 3 anos, resolver todas estas questões. -----



Deliberação nº

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----  
PALMEIRAS AFETADAS COM O ESCRAVELHO DO NILO - CASTANHEIRA DO  
RIBATEJO-----

Interveio o município, Sr. José Ramalho, dizendo que a questão que tem para colocar tem a ver com as palmeiras, que estão todas afetadas com o escaravelho do Nilo, situação que já colocou numa outra reunião de câmara. Já mostrou fotografias, já fez uma reclamação on-line para a câmara municipal, sendo que há palmeiras na Castanheira do Ribatejo que estão em vias de cair, o que pode causar problemas, até de ordem monetária. Quando causar problemas pessoais será uma coisa bastante grave, e a câmara municipal já tem conhecimento disso. -----

Desta forma, gostaria de saber para quando a sua remoção. Não são plantas autóctones, e não sabe por que é que se trouxeram plantas tropicais para um clima como se tem em Portugal.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que é como os plátanos e os choupos.-----

Prosseguiu o munícipe, mencionando que deverá ter sido alguma onda, e não sabe se é revivalismo colonial, não percebendo o que é que aconteceu. -----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

CAMINHO MUNICIPAL DA LOJA NOVA – CASTANHEIRA DO RIBATEJO-----

Interveio a munícipe, Srª Rosa Maria Alexandre, dizendo que o assunto que a traz a esta reunião de câmara é o caminho municipal da Loja Nova, na Castanheira do Ribatejo, em especial aquela curva e contracurva onde frequentemente há acidentes, tanto de verão como de inverno, sendo lógico que de inverno há mais.---

Interrompeu o Sr. Presidente, perguntando se é onde está uma casa. -----

Respondeu a munícipe que sim, que é uma casa centenária, onde “volta e meia” lá batem, o que afeta a sua estrutura. É a casa, os muros, nada para, e tem enviado e-mails ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, que diz que envia o assunto para a câmara municipal.-----

Desta forma, vem saber se alguma coisa está a ser feita ou pensada para aquele local, e julga que bastavam duas lombas, uma de cada lado da curva e contracurva, como foi feito na estrada do Bandarra. Seria suficiente ali, porque é uma pequena reta, e como é óbvio não se iriam pôr lombas junto à casa, porque a estrada é junto à parede da casa, e uma lomba ali afetaria ainda mais a construção da habitação.-----

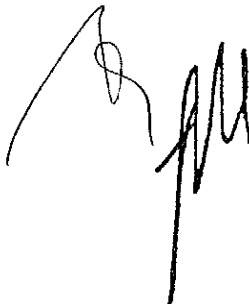
De qualquer forma, gostaria de ver qualquer coisa ali feita antes de haver acidentes maiores. Por enquanto é só lata, batidas nos muros e na casa, mas um dia que se entre para dentro de casa, será maior o estrago. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que se a Engª Rosário Ferrão for ver aos seus processos reconhecerá a situação, trata-se de uma via na Loja Nova, com uma curva e contracurva apertadas, e uma casa mesmo em cima da berma, tendo o próprio sugerido que se colocassem uns “rails” de proteção, para proteger a casa.--

Esclareceu a Engª Rosário Ferrão que está a decorrer um procedimento para colocar lombas, ao que o Sr. Presidente respondeu que não lhe parece que a munícipe seja muito dessa opinião. De qualquer forma, o que se pretende é uma acalmia de velocidade, e se a solução está encontrada, é fazê-la.-----

Desta forma, tentar-se-á que o procedimento seja o mais ágil possível.-----

O Sr. Vereador responsável certamente tomou boa nota, e tentar-se-á resolver, para esta senhora, um dia, não estar a ver a televisão, e aparecer-lhe um carro dentro de casa. -----



1. Assunto: ESTÁGIO PASSAPORTE EMPREGO – DEVOLUÇÃO DE APOIO RECEBIDO DO INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 273/14, de 29/04, do DGAFJ/DRH, para aprovação da devolução do montante de 1 606,01€, ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, valor resultante do término antecipado do Estágio Passaporte Emprego, efetuado por João Pedro Pinto Baião. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 273/14, de 29/04, do DGAFJ/DRH e ofício nº 1176683, de 04/04, do IEPF, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

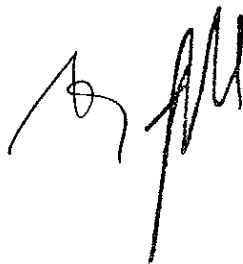
Fl. Ata 118

Reunião de 2014/05/14

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº 305

1. Assunto: PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A UNIVERSIDADE LUSÓFONA PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 256/14, de 21/04, do DGAFJ/DRH, para aprovação da minuta do protocolo de colaboração, a celebrar com a Universidade Lusófona, para a realização de estágios na área da comunicação. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 256/14, de 21/04, do DGAFJ/DRH, e minuta do protocolo de colaboração, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



1. Assunto: ENCERRAMENTO DO SETOR DE RESTAURANTE E BARES-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 199/14, de 28/03, do DGAFJ/DRH, para conhecimento do encerramento do Setor de Restaurante e Bares, para se efetuarem reparações e limpeza geral. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 199/14, de 28/03, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento.-----  
Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, pedindo um esclarecimento, porque a ideia que a bancada da CDU tinha, depois de fazer a análise deste ponto, é a de que normalmente o interregno seria de 15 dias. Há algum motivo em especial para ser agora de um mês? É natural que haja obras de conservação e manutenção, para além da limpeza, obviamente, uma limpeza mais a fundo, mas gostariam de saber se houve alguma outra anomalia que entretanto tenha sido detetada que tenha levado a que o encerramento seja mais prolongado. -----  
Por outro lado, fica-se "descalço" na prestação deste serviço durante o mês de agosto, apesar de ser um mês forte de férias dos utilizadores, e com certeza vai estar mais gente de férias. -----  
Interveio o Sr. Presidente, respondendo que crê que o encerramento foi sempre de um mês, mas o Sr. Vereador António Félix tem mais dados que o próprio, e por isso agradece que responda à questão, bem como ao porquê da necessidade de ter o encerramento do bar e restaurante naquele período. -----  
Interveio o Sr. Vereador António Félix, esclarecendo que, de facto, no período em que esta empresa tem estado a fornecer as refeições tem sido sempre um mês de encerramento, estando aliás previsto no caderno de encargos que o restaurante

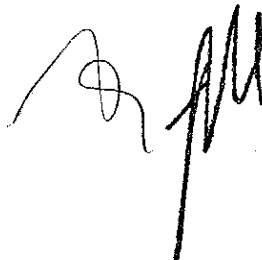


Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº

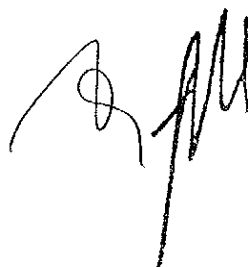
No que diz respeito a este caso específico, é intenção da câmara municipal que no próximo concurso, no caderno de encargos esteja um período mais reduzido, de 15 dias ou 3 semanas, em vez de um mês, que está agora em vigor. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA – JOAQUIM ANTÓNIO GOUVEIA VARDASCA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 120/14, de 29/04, do NPM, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão da fração “O”, sita na avenida Antero de Quental, nº 14, na Póvoa de Santa Iria, pelo valor de 12 000,00€. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 120/14, de 29/04, do NPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----





1. Assunto: EXPOSIÇÃO DE ARTES PLÁSTICAS “JOSÉ AUGUSTO E MARIA GABRIEL. UMA VIDA AO ENCONTRO DA PINTURA. OBRAS DE 1950 A 2013. DESENHO. GRAVURA. PINTURAS E OBJETOS” – PREÇO DE VENDA DO CATÁLOGO-----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 188/14, de 28/04, do DEC/DCTPM, para aprovação do preço de venda ao público do catálogo da exposição de artes plásticas “José Augusto e Maria Gabriel. Uma vida ao encontro da pintura. Obras de 1950 a 2013. Desenho. Gravura. Pinturas e objetos”, no valor de 10,00€. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 188/14, de 28/04, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Município  
de  
Vila Franca de Xira  
-----  
Câmara Municipal

Fl. Livro \_\_\_\_\_

Fl. Ata ~ **123**

Reunião de 2014/05/14

Procº \_\_\_\_\_

Deliberação nº **308**

1. Assunto: FEIRA DO LIVRO – DESCONTOS NAS PUBLICAÇÕES -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 164/14, de 10/04, do DEC/DCTPM, para aprovação dos descontos a efetuar em publicações na feira do livro, a realizar no âmbito do Dia Internacional dos Museus. -----  
-----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 164/14, de 10/04, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----  
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
-----  
-----  
-----  
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Assunto: PROGRAMA DE APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO – APOIO AO INVESTIMENTO 2014-----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2014/05/06, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação do apoio a conceder às associações para a realização de investimentos no ano 2014, para obras de construção, conservação e remodelação de instalações, e aquisição de viaturas, no âmbito do Programa de Apoio ao Movimento Associativo. -----

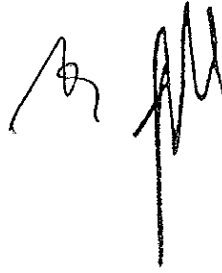
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, saudando, antes de mais, que mais um ano a câmara municipal possa apoiar o investimento das associações. O ano passado também já aconteceu, foi algo pelo qual a CDU se bateu quando este programa foi suspenso, pelo que, antes de mais, os seus membros saúdam esta situação. -----

Uma outra questão, para melhor perceberem os dados, é que não têm presente os critérios que levam às diferenças de percentagens de comparticipação por parte da câmara municipal, e perguntam se é possível enviarem-lhos, se não for agora, depois, para perceberem melhor os critérios que levam a apoiar 20% ou 40%. Nalguns casos percebe-se, porque tem a ver com o montante, mas noutros casos, em que o valor da obra é similar, há diferenças, e gostariam de perceber a razão de acontecerem. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, congratulando-se com este apoio e dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo esperam que sirva, efetivamente, os objetivos do movimento associativo, e que a população possa usufruir destes investimentos para melhorar, nalguns casos, a prática desportiva, e noutros contribuir para a formação das crianças ou para os cuidados com os mais idosos. -----

O Sr. Vice-Presidente interveio, para dizer à Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso que se irão remeter os critérios, também à bancada da Coligação Novo Rumo, e são basicamente os que constam no Programa de Apoio ao Movimento Associativo. De qualquer das maneiras serão remetidos por e-mail, para conhecimento. -----

Dá ainda conta que o número de candidaturas para viaturas que entrou permitiu fazer uma coisa que também já se fez o ano passado, o aproveitamento do remanescente que não foi candidatado para viaturas, para injetar na parte das obras, conseguindo-se satisfazer um número maior de candidaturas. -----



Terminou, realçando que, apesar das dificuldades financeiras que o país tem atravessado, as associações têm sempre mantido um bom ritmo de vontade de investimento. Por outro lado, têm genericamente cumprido as suas próprias candidaturas, ou seja, quando se candidatam é mesmo para conseguirem realizar esse trabalho, e são muito raras as situações em que há desistência por parte das associações, o que demonstra a objetividade com que se abalançam para este investimento, e se não fosse o apoio municipal, provavelmente ele não se conseguiria realizar. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que este apoio é absolutamente imprescindível, e se não existisse o movimento associativo tinha dificuldades de prosseguir a sua meritória atividade. Há sempre aquela situação, de que quem dá disponibiliza o que é possível, e quem recebe gostaria de receber mais, mas, apesar de tudo, está convicto que se todos os municípios fizessem isto, certamente que algumas associações ainda estavam em atividade. -----

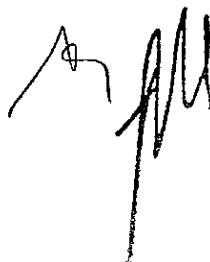
Proseguiu, informando os Srs. Vereadores que no dia 17, no próximo sábado, às 11h00, no Palácio do Sobralinho, estes acordos vão ser assinados, tendo o Sr. Vice-Presidente esclarecido que já se enviaram os convites formais. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que os convites vieram tarde, e os membros da CDU já sabiam da data da assinatura do protocolo antes, sem ser pela câmara municipal, tendo o Sr. Vice-Presidente explicado os procedimentos necessários até à emissão dos convites, nomeadamente os contactos com as associações. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, apelando para que se centrem as questões, e não se façam juízos de valor, pois não introduz nada, e as pessoas que estão presentes não têm nada a ver com isso. Devem-se discutir questões concretas, estar a fazer críticas aos serviços não vale a pena, pois é uma coisa lateral. -----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -

-----  
-----  
-----  
-----  
-----



Assunto: DIA MUNICIPAL DO BOMBEIRO – ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE MÉRITO MUNICIPAL -----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2014/05/07, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da atribuição de medalhas de mérito municipal, por ocasião das comemorações do Dia Municipal do Bombeiro, e posterior remessa à assembleia municipal para conhecimento. -----

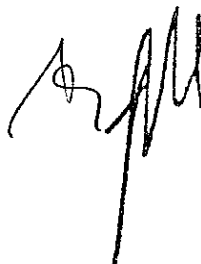
Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, referindo, em primeiro lugar, que é com satisfação que os membros da CDU veem a atribuição destas medalhas de mérito, a um número até alargado de pessoas que as irão receber, e lembra-se que, senão a totalidade, grande parte delas está em regime de voluntariado. Portanto, é de saudar essa mesma disponibilidade para ajudar o próximo. -----

No entanto, aproveitando também o Dia Municipal do Bombeiro, relembram que em tempos, se calhar noutros, estas associações, nomeadamente as de bombeiros, apesar da crise, no seu entender, também já começar a ter “algumas das costas bastante mais largas”, pois tudo cabe na palavra crise, e se calhar é porque está muito novo, e não se lembra de viver sem ser com alguma crise, eram alvo de alguma outra atenção por parte do município. -----

Ao longo dos anos isto foi-se esquecendo, se calhar hoje já estão muito melhor equipadas do que estavam à época, também aceitam isso, no entanto consideram que fará sempre falta algum equipamento, a ser renovado todos os anos, e isso foi uma prática que deixou de existir por parte da câmara municipal. -----

Lembra também, em tempos, o protocolo que havia com a própria Cimpor, em que seriam colmatadas algumas destas falhas, nestas ditas associações de bombeiros, e hoje também não se verifica, sendo que, por questões da crise, passou-se esse apoio que a Cimpor vai dando, e sem menosprezar, mais para a parte da “caridade”, para suprir falhas consideradas prementes, e de alguma forma tudo se foi esquecendo, foi diluído no tempo. -----

Assim sendo, a questão dos membros da CDU é se se vai renovar aquilo que já houve em tempos, se se vai inverter esta tendência de deixar somente o entrar pelo caminho mais fácil, que é este mesmo, o de tentar chegar àquilo que é mais imediato e se calhar dá mais nas vistas, ou poder usar alguns dos meios que estão



ao dispor, no sentido de continuar a apoiar estas associações.-----

Em segundo lugar, lamentam, naquilo que veio agora “a lume”, um concurso nacional em que inclusivamente o concelho esteve envolvido, a questão dos fardamentos para os bombeiros, que pelos vistos virão depois da época de maior intensidade de trabalho para os mesmos. Esses fardamentos estão previstos chegar já depois do verão, uma época onde os bombeiros vão estar nas frentes de combate dos incêndios florestais, e sabem isso, porque o Governo já só espera entregar esses fardamentos também para depois do verão. -----

Desta forma, deixam o lamento quanto a essa situação. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que esta questão está interligada com o apoio ao movimento associativo, constante do ponto anterior, e pensa que se deveria aproveitar o momento para, eventualmente, a câmara municipal rever a questão do protocolo que tem com os bombeiros, reavaliar e, de alguma forma, “descongelar” esse protocolo, reforçando-o.-----

Aliás vem um apoio a reunião de câmara a uma das corporações de bombeiros, na sequência de uma candidatura que teve, e bem, no âmbito do movimento associativo, mas pensa, com a responsabilidade que o município tem em matéria de segurança e proteção civil no concelho, que deveria ter um plano próprio de reequipamento e prioridades por cada área do concelho e cada corpo de bombeiros, de acordo com as necessidades do município e da sua capacidade de atuação. -----

Esta situação implicava uma revisão no protocolo e um apoio às corporações de bombeiros, que efetivamente pode ser diferenciado, de acordo com a importância que tem para o todo da segurança e proteção de pessoas e bens no concelho de Vila Franca de Xira. -----

Assim sendo, os membros da Coligação Novo Rumo estarão disponíveis para discutir esta matéria, e contribuir para uma melhoria da prontidão dos bombeiros, e das suas necessidades no concelho, ao serviço da segurança de todos. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que se vai repetir relativamente ao que disse no ponto anterior sobre o movimento associativo, ou seja, há sempre necessidades, mas tem orgulho que o município de Vila Franca de Xira seja reconhecido ao longo do país como daqueles que mais apoia os bombeiros. Poucos são os municípios que



têm GIP, que são os grupos de intervenção, e anualmente a autarquia paga a 6 elementos de cada corporação, em tranches mensais. Para além de outros apoios, paga o valor de 316 518,00€ aos GIP, que são 6 pessoas em cada uma das corporações.-----

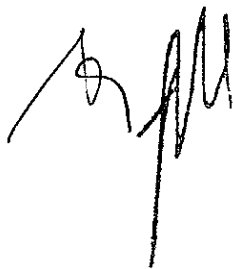
Provavelmente terá de se falar sobre esta matéria, e numa reunião privada, porque há matérias de fundo em que terá de haver coragem política para falar, ainda não terá é chegado o momento de falar de forma aberta, e aquilo que o Sr. Vereador Rui Rei diz é absolutamente verdade, aliás, nos critérios do PAMA, sobretudo no apoio à música popular portuguesa, ao folclore, avançou-se com critérios relativamente à atividade que efetivamente é feita, ou seja, há valoração daquilo que são as atividades. -----

Desta forma, os apoios têm de ser diferenciados, e neste caso também, porque a dimensão é completamente diferente. -----

A Póvoa de Santa Iria e o Forte da Casa têm uma dimensão de apoio de mais de 40000 pessoas, Alverca do Ribatejo e Sobralinho mais de 38 000 pessoas, Vialonga mais de 21 000, Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, perto de 13 000, e Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras mais de 8 000, dados que teve oportunidade de ver ontem, com o Sr. Vereador António Oliveira, que é quem tem a área da proteção civil, justamente para tentar encontrar um critério de apoio, tendo em consideração a dimensão de cada uma das corporações e aquilo que têm que desenvolver no combate aos sinistros. -----

Naturalmente que é uma matéria que vai ter um trabalho próximo, como deve ser, com o comandante da proteção civil, o próprio e o Sr. Vereador vão-lhe colocar algumas questões, e depois essas matérias serão também vistas com os Srs. Vereadores, no sentido de se ver como se conseguirá ir para além do apoio que já se dá. -----

É difícil, no entanto pode dizer que algumas das mortes dos bombeiros no período dos incêndios do ano passado, cerca de 8, o que foi uma fatalidade tremenda, e pensa até que chegou a 11 o número de vítimas, mas bombeiros foram 8, aconteceram porque as botas que tinham não eram apropriadas para o efeito. Os bombeiros não tiveram capacidade de fugir, porque as botas arderam, e morreram por causa disto, provavelmente porque as corporações de bombeiros, por si, têm



alguma dificuldade, para não dizer que não têm condições, sendo que as botas, para ataque a incêndios, custam 156,00€ cada par.-----

É uma questão que se terá de avaliar, pois se calhar umas botas são decisivas para a proteção dos bombeiros e bombeiras, e pode estar em causa o risco de vida, como aconteceu, porque as botas que a maior parte dos bombeiros tem custam à volta de 45,00€, mas são botas que se compram em qualquer sítio, e não têm características para o ataque a um incêndio. -----

Perfilha e comunga em absoluto de tudo o que foi dito, tanto por uma bancada, como por outra, e vem ao encontro de um trabalho que o próprio, justamente ontem, com o Sr. Vereador António Oliveira, esteve a verificar. -----

Não é agora, por ser o Dia Municipal do Bombeiro, pois não vai nessa altura dizer que se vão fazer “mundos e fundos”, mas tem de haver sobre esta matéria correção e descrição, e vai-se é trabalhar com os bombeiros, no sentido de ver onde se pode ir mais longe, sempre com a perspetiva dos apoios terem de ter em consideração a dimensão de cada uma das corporações. -----

O Sr. Vereador nuno Libório interveio, mencionando que os membros da CDU partilham dessa opinião, e aliás, na sequência da intervenção inicial que fizeram sobre esta matéria, o apelo que fazem é exatamente esse, que se possa fazer uma reflexão aprofundada, e aproveitando a circunstância de se estar a aproximar o Dia Municipal do Bombeiro, recordar que este apoio, não só é importante, como tem sido decisivo ao longo de todos estes anos. -----

Este município, e registam isso com bastante agrado, sempre o teve, não só no tempo do Partido Socialista, mas também no tempo em que havia uma outra gestão da câmara municipal, como o Sr. Presidente reconhecerá, é transversal, naturalmente, e ainda bem que assim é. -----

Gostariam também que isso ficasse claro, porque lhe pareceu, da intervenção do Sr. Presidente, que os membros da CDU se queriam isolar um pouco de tudo quanto os envolve. -----

Há uma questão de fundo, ou seja, deixam o apelo para que haja oportunidade de refletir sobre as modalidades de apoio, nos tempos difíceis que hoje acontecem, até porque sabem que muitas das vezes é este poder local que se substitui às competências da administração central, e é o que gostariam de reforçar.-----





Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº \_\_\_\_\_

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -


1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 400/14, de 07/05, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente no período compreendido entre 2014/04/21 e 2014/05/06, respeitantes a licenciamentos de obras particulares “construção/utilização”. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 400/14, de 07/05, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, para fazer um pedido de esclarecimento. Na relação anexa, no que respeita às comunicações prévias, consta um ato relativo a um armazém da Lactaço, e gostaria de saber se tem a ver com aquelas duas ou uma fração, relativas a uma junção que já veio em tempos à reunião de câmara, sobre um loteamento. -----  
Interveio o Sr. Presidente, esclarecendo que é uma alteração ao loteamento. -----  
Interveio de novo o Sr. Vereador Aurélio Marques, lembrando o Sr. Presidente que na última reunião de câmara os membros da CDU levantaram a questão, e já o tinham feito algumas vezes, da celeberrima rotunda do ALDI, em Alverca. Não tem nada a ver com um relógio, como agora há na moda uns relógios de certos partidos de direita, para saírem da Troika, mas lembra que já passaram 15 dias desde a última reunião, e o Sr. Presidente até agora ainda não lhes remeteu o parecer da Junta Autónoma das Estradas sobre o projeto de aprovação, e as garantias, se estava tudo em condições. -----  
O Sr. Presidente interveio, esclarecendo que, para além deste aspeto, que já deveria estar na posse dos membros da bancada da CDU, e não o satisfaz nada, já



Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº \_\_\_\_\_

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: EXECUÇÃO DO PARQUE URBANO DA QUINTA DA FLAMENGA – FASE 4A – VIALONGA – NOMEAÇÃO DO COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA -----  
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 623/14, de 05/05, do DOVI/DOVI, para aprovação da nomeação da Engª Cristina Monteiro para a função de coordenadora de segurança em obra da empreitada de execução do Parque Urbano da Quinta da Flamengo – Fase 4A, em Vialonga, bem como da emissão de declaração de nomeação da coordenadora de segurança em obra, acompanhada de declaração de aceitação subscrita pela mesma. -----  
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 623/14, de 05/05, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----  
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----  
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----  
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----  
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que os membros da CDU, em primeiro lugar, gostariam de perceber em que ponto de situação está o concurso para a exploração do quiosque. Sabem que as obras para a sua implementação já começaram, pelo menos, mas em relação ao procedimento para o concurso, não sabem de nada. -----  
Depois, quando foi feita a fase 3B estava prevista a construção de uma bolsa de estacionamento, pelos serviços da câmara municipal. Não era um concurso, era uma empreitada própria, apesar de não ser esse o termo tecnicamente, sabe que estava prevista essa construção da bolsa de estacionamento, só que a fase 3B já foi concluída em julho, e a bolsa não foi construída, pelo que gostariam de perceber se a câmara municipal desistiu ou não dessa intenção de a construir. -----  
Por fim, porque foi esse o motivo que os levou a votar da maneira que o fizeram, pois entenderam que o projeto que vinha para votação tinha já incluída a fase 4B,

A

✓

com a qual não concordam, atendendo à opção de construir no espaço para as piscinas um campo de futebol de praia, gostariam de saber se a câmara municipal continua com essa intenção, da construção, apesar da contestação feita, desde logo pelo movimento do parque urbano, e se tem noção de que essa opção pode ser bastante cara para uma opção que deve ser sempre encarada como provisória, pois aquilo que faz falta, de facto, no parque, é a piscina, e não um campo de futebol de praia.-----

O Sr. Vice-Presidente interveio, referindo, relativamente ao ponto, que se considera o mesmo aprovado, e colocará depois as questões da Sr<sup>a</sup> Vereadora ao Sr. Presidente, que mais tarde responderá. -----

O Sr. Vereador Rui Pereira interveio, ressaltando que a nomeação do coordenador de segurança em obra decorre da exigência legal, é uma exigência feita ao dono de obra, e não percebe por que é que o interessado é a SCAMPIA, Engenharia, Lda. No entanto, é só um pormenor.-----

Interveio no final da reunião o Sr. Presidente, esclarecendo, quanto ao espaço da cafetaria, que não sabe se a Sr<sup>a</sup> Vereadora Mariana Tiago tem informação, mas já a dirá. -----

Sobre a bolsa de estacionamento, efetivamente vai ser feita pelos serviços municipais, por administração direta. Não consegue dizer quando se vai fazer, mas está no plano de trabalhos deste ano.-----

Relativamente ao espaço, não se irá fazer nada sem conversar com a comissão de acompanhamento do parque da Flamengo, sendo que essa reunião será para o ano, apesar de ainda poder ser neste, mas logo se verá, dependendo da agenda de toda a gente. -----

O que estava previsto foi uma ideia sua, mas se calhar valerá a pena abandoná-la, pelos custos, e não por aquilo que lhe parecia interessante, que era construir ali um campo de futebol de praia, que pensa que os miúdos gostam, e não há nenhum no concelho. Contudo, isso tem custos, e se calhar poder-se-ia encontrar outra solução melhor, provisória, até construir a piscina. -----

De qualquer forma, na fase 4A, que vai avançar, vai-se completar aquilo que tanto uma bancada como outra referiram, que é a interligação pedonal da alameda, para não ficar só um bocado em terra batida. Desta forma, vai-se incluir mais este



Deliberação nº

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----




Reunião de 2014/05/14

Deliberação nº **312**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta da presente reunião de câmara. -----



Encerramento às 14h10. -----  
Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara de 2014/05/28,  
tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os  
membros. -----

E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, a subscrevi. \_\_\_\_\_

O Presidente da Câmara Municipal,

- Alberto Simões Maia Mesquita -

O Vice-Presidente da Câmara Municipal,

-Fernando Paulo Ferreira -